

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS VI
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

CLÁUDIO DOURADO FLORES

**(DES)VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: O OLHAR DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
IGAPORÃ, BAHIA**

Caetité - BA

2023

CLÁUDIO DOURADO FLORES

**(DES)VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: O OLHAR DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
IGAPORÃ, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof. Ginaldo Cardoso de Araújo

Caetité, BA

2023

CLÁUDIO DOURADO FLORES

**(DES)VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: O
OLHAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL DE IGAPORÃ, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Caetité, 13 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo
(UNEB *Campus* VI – Orientador)

Prof. Dra. Rayana T. de L. R. Ladeia
(UNEB *Campus* VI – Examinadora interna)

Prof. Rozânia Alves M. Silva
(UNEB *Campus* VI – Examinadora interna)

A Força do Professor

Um guerreiro sem espada
sem faca, foice ou facão
armado só de amor
segurando um giz na mão
o livro é seu escudo
que lhe protege de tudo
que possa lhe causar dor
por isso eu tenho dito
Tenho fé e acredito
na força do professor.

Ah... se um dia governantes
prestassem mais atenção
nos verdadeiros heróis
que constroem a nação
ah... se fizessem justiça
sem corpo mole ou preguiça
lhe dando o real valor
eu daria um grande grito
Tenho fé e acredito
na força do professor.

Porém não sinta vergonha
não se sinta derrotado
se o nosso país vai mal
você não é o culpado
Nas potências mundiais
são sempre heróis nacionais
e por aqui sem valor
mesmo triste e muito aflito
Tenho fé e acredito
na força do professor.

Um arquiteto de sonhos
Engenheiro do futuro
Um motorista da vida
dirigindo no escuro
Um plantador de esperança
plantando em cada criança
um adulto sonhador
e esse cordel foi escrito
por que ainda acredito
na força do professor.

(Bráulio Bessa)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois ele é o criador de todas as coisas e autor da vida. Deus criou a humanidade, eu sou criatura feita por Deus. Sem Deus não somos nada. Na sua palavra diz que devemos buscar o reino de Deus e as demais coisas serão acrescentadas (Mateus 6:33), portanto, o meu dever é colocar Deus em primeiro lugar e a frente de tudo na minha vida. Dessa forma, eu coloquei Deus em primeiro lugar para me ajudar a fazer esse curso universitário e agora ele me possibilitou que eu tivesse essa vitória na minha vida que é está concluindo a faculdade. Deus me deu forças e possibilidades para que eu chegasse até aqui. Todos os incentivos, apoios e auxílios que tive, creio que foi o agir de Deus na minha vida. Nessa estrada tortuosa da vida, são apresentados para nós caminhos com espinhos, os quais requerem de nós perseverança para vencer todas as dificuldades e depois de todos os esforços alcançamos o triunfo. E nesse percurso Deus colocou pessoas na minha vida que me incentivaram e nortearam a não desistir dos meus sonhos, da faculdade, da vida e de todas as coisas boas que podem surgir por meio da perseverança.

Agradeço a mim, pois muitas vezes pensei em desistir de tudo, dos estudos e até da vida, mas mesmo com as dificuldades eu esforcei para vencer os obstáculos e através da minha perseverança diante de poucos recursos financeiros e psicológicos eu consegui concluir os meus estudos. A tentativa de desistência fez com que eu perseverasse e finalmente obtive êxito pela constância em busca do conhecimento.

Agradeço aos meus pais Eva e Zenildo, que mesmo não sendo instruídos, ou seja, não tiveram a oportunidade de estudar como eu, permitiram que eu estudasse. Eu ficava nessa expectativa: Será que vou conseguir algo na vida através dos meus estudos? E vendo o estudo o meio mais honesto de vencer na vida, eu optei por estudar.

Agradeço a minha parenta, amiga e professora Zilma que me incentivou a fazer o curso de Letras, pois viu em mim a qualidade de um bom leitor e escritor, por causa dela é que conseguir ingressar na universidade por meio do vestibular da UNEB.

Agradeço também à família de Zilma, sua mãe Luka, seus irmãos Zé Carlos e Eudra e seus cunhados Júnior e Sandra que também me incentivaram a estudar e não desistir dos estudos.

Agradeço à minha tia Ana, que me concedeu o seu lar em Igaporã para ficar durante a maior parte de meus estudos, possibilitando que eu ficasse mais próximo e acessível a ir para a faculdade.

Agradeço às minhas irmãs, alguns parentes, amigos, conhecidos e todos aqueles que me apoiaram nessa trajetória de vida. Deus coloca anjos incentivadores em forma de pessoas na nossa vida para nos impulsionar rumo ao sucesso.

Gratidão a todos os meus professores. Eu sempre soube que a educação é a porta de entrada para as demais áreas através do intermédio dos professores. Os docentes, apesar das adversidades, lutam diariamente para levarem o conhecimento a milhões de alunos pelo país seja na educação básica, seja na educação superior, portanto eles merecem aplausos e valorização pelo seu trabalho. Sem eles não teríamos uma sociedade instruída e todas as profissões. Tudo que eu aprendi foi graças aos meus professores e a minha dedicação em ler, escrever, pensar, refletir, observar as coisas, ouvir e assistir, entre outras maneiras de aprender.

Sou grato ao meu orientador Ginaldo Cardoso de Araújo, por sua excelência como profissional, sempre defendeu uma educação mais justa e durante todo esse tempo estive me guiando para que eu pudesse concretizar a minha pesquisa, sempre o admirei como professor e por isso o escolhi para ser meu orientador de TCC.

Gratidão aos meus alunos, aos quais estive com eles durante o período de estágio, pois ao compartilhar com eles sobre a importância dos estudos para a realização dos nossos sonhos, os próprios me demonstraram incentivo e isso me encheu de orgulho e se tornou um dos motivos em manter a constância nos estudos e a cabeça erguida.

Agradeço especialmente ao meu primo Ádson Yuri, a irmã Geralda (que eu conheci virtualmente no WhatsApp em um grupo de oração) e a irmã Ana (popularmente Ninita). Essas pessoas sempre me incentivaram com palavras otimistas, proféticas e positivas, nunca me colocaram para baixo e sempre levantaram a minha autoestima. Frequentemente estavam ali me aconselhando, orando por mim, me orientando a não desistir dos estudos e da fé em Deus, ir em busca dos meus sonhos e eu sentir que tudo isso valeu a pena para mim. Nunca perdemos nosso tempo conversando horas com pessoas sobre Deus. Hoje eu acredito que muitas das vezes confiamos tanto na ciência, na nossa força e esquecemos que o principal dono do conhecimento e da inteligência infinita é Deus. Ele é que pode me dar tudo que eu tenho e que venha possuir seja sabedoria, conhecimento, discernimento, inteligência ou bens materiais.

Enfim, agradeço a todos que torceram e torcem por mim e que contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada. A todos os meus fãs. Que Deus venha retribuir a cada um pelo carinho e pelo amor ao próximo.

Dedico esta pesquisa a todos os profissionais da educação que, apesar das dificuldades e da desvalorização profissional, lutam para trazer o conhecimento a milhões de estudantes e instruí-los a buscar pelos seus sonhos através dos estudos. A todos que lutam pela educação e uma sociedade mais justa. A todos os estudantes e pessoas que têm sonhos, pois todos esses sonhos serão concretizados com o auxílio dos docentes.

RESUMO

Esta pesquisa científica buscou investigar o tema (des)valorização do profissional da educação, a partir da seguinte questão problematizadora: de que forma as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igaporã avaliam esse discurso no contexto da profissão? O seu objetivo principal é analisar como as políticas públicas abordam a valorização do profissional docente e como os professores do município de Igaporã avaliam a forma como são vistos e (des) valorizados no contexto da profissão. Para a realização deste estudo, de abordagem qualitativa, o campo empírico foi o município de Igaporã, Bahia. Os procedimentos metodológicos foram os seguintes: levantamento bibliográfico, análise de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME). Em seguida, foi aplicado um questionário on-line aos professores da rede municipal de ensino de Igaporã. As categorias da pesquisa foram analisadas sob a ótica do instituído e do praticado na rede municipal de Igaporã. A análise dos dados coletados foi norteada pelas categorias eleitas para o estudo: a) Formação inicial e continuada; b) Carreira e remuneração docente; c) Condições de trabalho e saúde; e por fim, d) Valorização profissional. Os resultados demonstraram que no contexto profissional dos docentes, muitos aspectos da valorização profissional presentes nas leis educacionais são cumpridos em sua realidade, porém as condições de trabalho dos docentes apresentam algumas precariedades e a remuneração almejada pela classe docente conforme determina a meta 17 do PNE e PME de Igaporã ainda não foi alcançada. Esta pesquisa contribuirá para que se dê visibilidade profissional ao professor, promovendo mais investimentos para a sua valorização, além de incentivar a Universidade sobre a importância de pesquisar sobre questões que envolvem o papel do professor na sociedade.

Palavras-chave: (Des)valorização. Educação. Professor. Igaporã. Políticas públicas.

ABSTRACT

This scientific research sought to investigate the theme (de)valuation of the education professional, based on the following problematizing question: how do public educational policies address the valuation of teachers and how do teachers in the municipality of Igaporã evaluate this discourse in the context of the profession? Its main objective is to analyze how public policies approach the valuation of teaching professionals and how teachers in the municipality of Igaporã evaluate the way they are seen and (dis)valued in the context of the profession. For this study, with a qualitative approach, the empirical field was the municipality of Igaporã, Bahia. The methodological procedures were the following: bibliographic survey, analysis of documents such as the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB), the National Education Plan (PNE) and the Municipal Education Plan (PME). Then, an online questionnaire was applied to the teachers of the municipal teaching network of Igaporã. The research categories were analyzed from the point of view of what was instituted and practiced in the municipal network of Igaporã. The analysis of the collected data was guided by the categories chosen for the study: a) Initial and continuing education; b) Teaching career and remuneration; c) Working and health conditions; and finally, d) Professional appreciation. The results showed that in the professional context of the professors, many aspects of the professional valorization present in the educational laws are fulfilled in their reality, however the working conditions of the professors present some precariousness and the remuneration sought by the teaching class as determined by the goal 17 of the PNE and PME of Igaporã has not yet been reached. This research will contribute to give professional visibility to the professor, promoting more investments for their valorization, in addition to encouraging the University on the importance of researching on issues that involve the role of the professor in society.

Keywords: (De)valuation. Education. Teacher. Igaporã. Public policy.

RESUMEN

Esta investigación científica buscó investigar el tema (d)valoración del profesional de la educación, a partir de la siguiente pregunta problematizadora: ¿cómo las políticas públicas educativas abordan la valoración de los docentes y cómo los docentes del municipio de Igaporã evalúan este discurso en el contexto de la profesión? Su principal objetivo es analizar cómo las políticas públicas abordan la valoración de los profesionales de la enseñanza y cómo los profesores del municipio de Igaporã evalúan la forma en que son vistos y (des)valorados en el contexto de la profesión. Para este estudio, con enfoque cualitativo, el campo empírico fue el municipio de Igaporã, Bahía. Los procedimientos metodológicos fueron los siguientes: levantamiento bibliográfico, análisis de documentos como la Ley de Lineamientos y Bases de la Educación (LDB), el Plan Nacional de Educación (PNE) y el Plan Municipal de Educación (PME). Luego, se aplicó un cuestionario en línea a los profesores de la red municipal de enseñanza de Igaporã. Las categorías de investigación fueron analizadas desde el punto de vista de lo instituido y practicado en la red municipal de Igaporã. El análisis de los datos recolectados fue orientado por las categorías elegidas para el estudio: a) Educación inicial y continua; b) Carrera docente y remuneración; c) Condiciones de trabajo y de salud; y finalmente, d) Valoración profesional. Los resultados mostraron que en el contexto profesional de los profesores, muchos aspectos de la valorización profesional presente en las leyes educativas se cumplen en su realidad, sin embargo, las condiciones de trabajo de los profesores presentan cierta precariedad y la remuneración buscada por la clase docente determinada por la meta 17 del PNE y PME de Igaporã aún no ha sido alcanzada. Esta investigación contribuirá a dar visibilidad profesional al docente, promoviendo más inversiones para su valorización, además de incentivar a la Universidad sobre la importancia de investigar sobre temas que involucran el papel del docente en la sociedad.

Palabras clave: (D)valorización. Educación. Maestro. Igaporã. Políticas públicas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição dos sujeitos participantes da pesquisa.....	26
Quadro 2: Etapas da pesquisa.....	27
Quadro 3: Trabalhos selecionados.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos professores de Igarorã por sexo, em 2023	50
Gráfico 2: Faixa etária dos docentes de Igarorã, em 2023	51
Gráfico 3: Função exercida no município, em 2023	52
Gráfico 4: Cursos referentes à formação inicial dos docentes de Igarorã	54
Gráfico 5: Modalidade de cursar a graduação	55
Gráfico 6: Titulação em nível de pós-graduação	56
Gráfico 7: Tempo de exercício da docência	57
Gráfico 8: Tipo de vínculo trabalhista em Igarorã	58
Gráfico 9: Carga horária total de trabalho dos professores de Igarorã, no ano de 2023	59
Gráfico 10: Tempo individual para planejamento das atividades docentes	60
Gráfico 11: Definição de remuneração ideal para professores (as) de Igarorã	61
Gráfico 12: Quantidade de disciplinas que leciona	63
Gráfico 13: Quantidade de turmas que leciona	64
Gráfico 14: Quantidade de escolas em que trabalha	65
Gráfico 15: Problemas de saúde apresentados pelos professores de Igarorã em 2023	66
Gráfico 16: Qualidade de vida na profissão docente	67
Gráfico 17: Condições de saúde na profissão	67
Gráfico 18: Como os docentes de Igarorã se sentem com sua atual jornada de trabalho	68
Gráfico 19: Qualidade de vida na aposentadoria	69
Gráfico 20: Distribuição de professores da rede municipal de Igarorã a partir do conceito de valorização profissional	75
Gráfico 21: Nível de satisfação dos docentes da rede municipal de Igarorã quanto à implementação de ações para valorização docente	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROAM – Programa de Apoio à Educação Municipal

SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

TIMSOBA – Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
2.1 Pressupostos teóricos – metodológicos da pesquisa.....	19
2.2 Caracterização do campo de pesquisa.....	22
2.3 Instrumentos de produção de informação.....	24
2.4 Sujeitos participantes da pesquisa.....	26
2.5 Organização das etapas da pesquisa.....	27
3 (DES)VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO.....	28
3.1 Exposições sobre valorização docente de acordo às produções sobre a temática.....	28
3.2 Referencial teórico sobre a temática: o que dizem os autores sobre valorização docente?.....	34
3.2.1 Tipos de desvalorização do profissional da educação.....	38
3.3 Concepções de valorização docente na legislação educacional.....	39
4 (DES)VALORIZAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IGAPORÃ...45	45
4.1 Plano Municipal de Educação de Igaporã: da construção à implementação em consonância com o PNE.....	45
4.2 Valorização docente sob o olhar dos professores do município de Igaporã.....	49
4.2.1 Perfil docente.....	49
4.2.2 Formação inicial e continuada.....	52
4.2.3 Carreira e remuneração docente.....	57

4.2.4 Condições de trabalho e saúde.....	62
4.2.5 Valorização.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES.....	88

1 INTRODUÇÃO

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo.
(Paulo Freire, 1979)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a (des)valorização dos profissionais da educação sob o ponto de vista das políticas públicas e dos professores do município de Igaporã, no Estado da Bahia. De forma específica, estuda como os discursos de valorização do profissional da educação das políticas educacionais repercutem na prática docente dos professores no referido município.

A figura do profissional da educação é comumente desprestigiada, tanto socialmente quanto profissionalmente, pois poucos alunos concluintes do Ensino Médio se interessam pelos cursos de licenciatura. A justificativa para isso está associada ao fato de que a profissão docente é representada socialmente como uma atividade pouco atrativa e financeiramente desvalorizada. Além disso, de modo geral, na sociedade, há uma percepção de que qualquer um pode ser professor, não sendo necessário se especializar para o exercício da docência.

A profissão docente é muito importante para a sociedade, pois o professor contribui com o seu trabalho para possibilitar que os estudantes construam conhecimentos que são necessários à vida. Com isso, essa profissão tem importância social, uma vez que permite que os alunos aprendam, dentre outras coisas, a ler e a escrever, ou seja, adquiram saberes que são importantes para interpretar o mundo que está a sua volta, favorecendo o exercício da cidadania. Além disso, o trabalho do professor tem importância profissional, pois forma novos educadores e todas as outras profissões, mas o que comumente observamos é que essa função não possui tanta visibilidade social e governamental e recebe pouco pelo trabalho exercido.

Estudos especializados da área de educação, como os de Sella (2006) e Gatti (2009) mostram como é perceptível a desvalorização da profissão docente. Sella (2006) destaca que, além de ter impacto imediato na motivação e na autoestima do profissional, o salário relaciona-se com o desprestígio social, na medida em que a função docente passa a ser considerada uma ocupação “de quem não conseguiu algo melhor”, principalmente em uma sociedade em que o status social é estabelecido em termos de poder econômico. Ainda acerca do prestígio, Gatti (2009) afirma que à profissão docente é concedido um baixo status, inclusive pelos próprios

professores, em comparação com outras profissões nas quais o mesmo nível de formação acadêmica é exigido.

A autora relaciona o declínio da imagem social do professor à alteração do papel tradicionalmente desempenhado por ele, tendo em vista que a escola vem deixando de ser o principal espaço de acesso ao conhecimento e meio de ascensão econômica e social para certas camadas da sociedade. Salienta, por fim, o fato de a profissão docente ter se tornado, ao longo dos anos, pouco seletiva, incorporando em seus quadros pessoas sem formação específica e preparo profissional, o que gera a ideia de que “qualquer um pode ser professor”, estereótipo que apresenta de modo implícito o significado da desqualificação.

Embora os estudos apontem a desvalorização dos profissionais da educação, é importante dizer que, nos últimos anos, muitas políticas públicas entraram em cena com o discurso da valorização do profissional da Educação. A LDB 9394/96, por exemplo, estabelece no Art. 67 que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho.

Outro documento que menciona a valorização dos professores é o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. A Meta 15 desse documento visa à garantia de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE. O objetivo é assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

No caso específico de Igarorã, o Plano Municipal de Educação (PME) visa em sua meta 15 garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação e valorização dos (as) profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ao analisar os estudos dos autores que abordam a desvalorização da profissão docente, percebe-se que se contrapõem às políticas públicas de valorização do profissional da educação defendidas pela LDB, o PNE e o PME de Igaporã, pois os estudiosos explicam que os docentes são desvalorizados, porém as leis educacionais abordam aspectos sobre valorização docente. De modo geral, é perceptível que as políticas de valorização do profissional da educação não são cumpridas na prática profissional do docente. Com o objetivo de ampliar as discussões a respeito da (des)valorização do profissional da educação em sua realidade, busco nesta pesquisa aprofundar o olhar entre teoria e prática referente às políticas públicas educacionais. Nesse sentido, a questão central que mobiliza esta investigação é a seguinte: de que forma as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igaporã avaliam esse discurso no contexto da profissão?

O interesse por esta temática surgiu a partir do meu orgulho em saber que conquistei a aprendizagem através dos meus professores. Além disso, eu sempre observo que o professor trabalha tanto na sala de aula quanto fora dela, planejando aulas, elaborando e corrigindo provas e trabalhos, mas possui uma baixa remuneração pelo seu trabalho. Devido a isso, interessei em estudar sobre a (des)valorização da profissão docente, pois admiro a profissão docente por conta da sua importância no desenvolvimento da sociedade, por meio do processo ensino-aprendizagem e defendo que seu trabalho seja valorizado com menos sobrecarga de atividades e com um salário mais digno, incluindo mais incentivos para essa classe trabalhadora.

Esta pesquisa contribuirá para a minha vida pessoal agregando conhecimento como estudante universitário e enquanto profissional, pois faço um curso superior de licenciatura e serei um futuro professor. Então, na medida em que resolvi estudar sobre esse tema, também estou em busca dos meus direitos enquanto cidadão inserido no mercado de trabalho na área de educação e esta pesquisa pode contribuir para conscientizar pessoas e o poder público sobre a importância do papel do professor na sociedade, dando visibilidade ao professor e à educação, promovendo mais investimentos e desenvolvendo o país através da educação.

A respeito da relevância desta pesquisa para a sociedade, permitirá o reconhecimento do valor do profissional da educação, pois todo indivíduo que alcança uma alta posição na sociedade através dos estudos agradece ao professor que durante boa parte de seu tempo lecionando, permitiu que essa pessoa se formasse e conseguisse alcançar a profissão de seus sonhos. Além do mais, quando se procuram pesquisar sobre a área da educação, incluindo o papel essencial do professor, o pesquisador almeja por uma valorização e qualificação do profissional da educação inserido nas escolas, principalmente no ensino público em sua maioria.

Quanto mais se valoriza e qualifica o professor, mais qualidade se obtém na educação e, portanto, melhor será sua relevância na sociedade.

Estudar sobre a (des)valorização do profissional da educação dentro da universidade é deixar um legado enquanto aluno e cidadão comprometido com a educação, pois a universidade pode buscar mais pesquisas a respeito da valorização do professor e contribuir na luta por melhores condições de trabalho aos profissionais da educação, resultando em trabalhos acadêmicos de extrema relevância para a classe docente.

Essa pesquisa está organizada em cinco seções. A primeira seção se refere à introdução, a qual é apresentada o tema e o problema de pesquisa, bem como a sua contextualização, uma breve discussão dos estudos sobre desvalorização docente e sua relação com os aspectos da valorização docente instituído nas leis educacionais, e por fim a justificativa para a escolha do tema de pesquisa.

A segunda seção se refere ao capítulo intitulado “Percurso metodológico”, o qual apresentamos os caminhos e os meios para que esta pesquisa fosse concretizada. Para isso, há a descrição da abordagem metodológica adotada, a caracterização do campo de pesquisa e dos sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos utilizados para a concretização e a organização das etapas da pesquisa.

A terceira seção se refere ao capítulo “(Des)valorização do profissional da educação”, o qual serão apresentados um levantamento bibliográfico acerca da temática através de produções acadêmicas, teóricos e as leis (documentos educacionais) que abordam sobre a valorização docente.

A quarta seção se refere ao capítulo “(Des)valorização docente no âmbito do município de Igaporã”, o qual serão apresentadas as análises e discussões da pesquisa. Este capítulo abordará de início sobre o PME de Igaporã com relatos dos docentes sobre esse plano, em seguida discorrerá sobre os aspectos de valorização docente categorizados de acordo com as opiniões dos professores respondentes do questionário. Os dados coletados por meio dos questionários aplicados foram organizados e categorizados para discorrer em confronto com os aspectos de valorização docente contidos nas leis educacionais e com base no referencial teórico designado para a pesquisa.

Na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais, as quais retomam as discussões feitas ao longo dessa pesquisa e apresentam os resultados obtidos, assim como o que se espera alcançar para que haja valorização docente em todos os seus aspectos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

*Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
(Cora Coralina, 2007)*

Este capítulo apresenta os caminhos que possibilitaram que a pesquisa fosse realizada, a qual teve como objetivo analisar como as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igarorã avaliam esse discurso no contexto da profissão.

Desse modo, este capítulo está dividido em cinco tópicos: o primeiro apresenta os pressupostos teóricos-metodológicos da pesquisa; o segundo tópico traz a caracterização do campo de pesquisa; o terceiro apresenta os instrumentos de produção de informação acerca da pesquisa; o quarto tópico caracteriza os sujeitos participantes da pesquisa; e, por fim, o quinto tópico aborda a organização das etapas da pesquisa.

2.1 Pressupostos teóricos – metodológicos da pesquisa

O ato de fazer uma pesquisa surge da necessidade do pesquisador ir em busca de respostas para os seus questionamentos. O problema o faz investigar o tema para o qual se procura uma resposta e após organizar os dados coletados, chega-se a um que pode ser o resultado esperado ou não. Esse resultado pode servir de auxílio para outros pesquisadores do tema. Como aponta Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”.

Quando o pesquisador estuda aquele tema pelo qual tem interesse, isso não ocorre apenas pelo fruto da sua curiosidade, inquietação, inteligência e atividade investigativa, pois outros pesquisadores já estudaram esse tema. Sabemos que há uma diversidade de temas estudados por pesquisadores, portanto há a necessidade de se fazer um levantamento bibliográfico do tema em estudo. Como afirmam Ludke e André (1986), existe também o resgate do que já foi estudado por vários pesquisadores sobre o tema a fim de promover um avanço de teorias a partir das mudanças na sociedade e na ciência.

Para tanto, construir o conhecimento não se dá de forma desordenada, ou seja, ao fazer uma pesquisa, o investigador realiza um planejamento e monta um cronograma, cujo objetivo

é mostrar os meios e as etapas que ele deve proceder para alcançar seus objetivos e validar este conhecimento. Por isso, este tópico organiza o percurso metodológico da pesquisa intitulada “(Des)valorização do profissional da educação: o olhar das políticas públicas e de professores da rede municipal de Igaporã, Bahia” que surge a partir do seguinte questionamento: De que forma as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igaporã avaliam esse discurso no contexto da profissão? E objetiva analisar as evidências de (des)valorização docente no município de Igaporã.

Para Minayo (2001, p. 22), a metodologia “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. Na visão de Gil (2002, p. 17), a pesquisa é definida como: “um processo racional e sistemático [...] desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas ou procedimentos científicos”. Dessa forma, no que tange ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo exploratório, realizado através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A abordagem metodológica desta pesquisa é de natureza qualitativa. Tal escolha se baseia no princípio de que, por meio da pesquisa qualitativa, o pesquisador tem como pauta de seus estudos a interpretação do mundo real (GODOY, 1995), já que esse tipo de estudo tem o ambiente natural como fonte direta dos dados. Nessa abordagem, o pesquisador parte de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação; isso possibilita que a pesquisa possa ser conduzida por meio de diferentes caminhos.

Por compreendermos que essa abordagem melhor atende às expectativas deste estudo, para alcançar os objetivos propostos, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa de caráter qualitativo propõe-se a responder questões muito particulares. Ela se preocupa com o que não pode ser quantificado, trabalha com o universo dos significados, das aspirações e das motivações (MINAYO, 2001). Esse tipo de abordagem possibilita que nos relacionemos de forma ativa com o objeto de estudo, o que facilita a nossa compreensão da realidade profissional de professores do município de Igaporã, os quais são os responsáveis por avaliar a forma como são vistos e são (des)valorizados no contexto da profissão.

Paralelamente, houve a necessidade de realizar a pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, dissertações e monografia, ou seja, documentos de domínio científico. Segundo Oliveira (2007, p. 69), este é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. A autora argumenta, ainda, que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos

pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com textos que tratem do tema em estudo, considerando que o “mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para fazer uma contextualização histórica sobre a valorização do trabalho docente através dos mais atualizados estudos publicados e discutir as políticas públicas para tal valorização, diante das transformações educacionais ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988, das transformações ocorridas na educação a partir da década de 1990, dentre elas a Lei nº 9.394/96, e todas as políticas públicas voltadas para a valorização docente.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a análise documental que se caracteriza “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69) que enquanto instrumento de coleta de dados consegue anular a possibilidade de influência do pesquisador já que o texto documental se encontra pronto e é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta. Ludke e André (1986, p. 38) chamam a atenção sobre a importância do uso de documentos em investigações no campo da educação e afirmam que “como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos”.

Neste aspecto, realizamos a pesquisa documental através da análise de políticas públicas brasileiras educacionais de valorização do profissional da educação dos seguintes documentos: a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB), da Lei 13005/2014 (Plano Nacional de Educação- PNE/ 2014-2024) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Igaraporã, instituído pela Lei Municipal 376 de 18 de outubro de 2021.

Já a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realizam-se coleta de dados junto a pessoas, que no caso dessa pesquisa utilizou enquanto instrumento de coleta de dados um questionário on-line que foi categorizado e conceituado no item 2.3 deste capítulo.

Desta forma, a pesquisa de campo foi caracterizada por uma pesquisa que pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, que normalmente utiliza-se o questionário.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo contribuir para o conhecimento em uma área específica de interesse através da coleta de informações sobre indivíduos ou os ambientes

desses indivíduos. E, de modo geral, têm uma estruturação basicamente dividida nas seguintes etapas: desenvolvimento de um modelo teórico conceitual; caracterização da população e da amostra; elaboração do instrumento de coleta de dados; coleta dos dados; análise dos dados e interpretação dos resultados (GIL, 2002; MIGUEL; HO, 2010).

2.2 Caracterização do campo de pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Igaporã, que é um município brasileiro localizado no interior do estado da Bahia. Sua população estimada em 2022 era de 15.527 habitantes. De acordo com o IBGE com dados demográficos de 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,3%. Os dados mais recentes do IBGE referentes ao ano de 2021 constataram que houve 2018 matrículas no ensino fundamental, 462 matrículas no ensino médio, 181 docentes no ensino fundamental, 30 docentes no ensino médio, 16 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 estabelecimento de ensino médio.

O município de Igaporã está localizado na região Sudoeste da Bahia, encostado na Chapada Diamantina. Igaporã em tupi-guarani significa “água-bela”. Está distante 802 Km da capital baiana, Salvador. É parte integrante da região administrativa de Caetité, como também da região homogênea de Guanambi. Situa-se entre as bacias hidrográficas do Santo Onofre e do Rio das Rãs. Estende-se por uma extensão de 817 quilômetros. Limita-se ao norte com Tanque Novo e Macaúbas, ao leste com Caetité, ao sul com Guanambi e Palmas de Monte Alto, a oeste com Matina e Riacho de Santana.¹

Sabe-se que a história de Igaporã é muito antiga e remonta aos tempos que habitavam aqui os indígenas. Mas para efeito de localização no tempo será relatado o período histórico mais conhecido que versa sobre sua formação sociopolítica. Vale ressaltar que, embora sejam evidenciados alguns nomes tradicionais, a história do município foi construída de forma igualitária por sujeitos de todas as esferas sociais.

Igaporã teve sua formação ainda no século XVIII, a partir do povoamento do Alto Sertão Baiano e a fixação dos primeiros indivíduos que se instalaram na região, formado de um grupo social vinculado pelo parentesco (NEVES, 2008).

A aglomeração populacional que viria a ser a cidade de Igaporã iniciou-se com a formação de um pequeno comércio na antiga fazenda Riacho Bonito, de propriedade da família

¹ Essas informações foram retiradas do Capítulo II do PME 2015/2025 de Igaporã, o qual consta informações importantes sobre os aspectos históricos e culturais do município.

Guedes De Brito. O primeiro estabelecimento comercial registrado foi o do português Caetano de Freitas.

Havia a decisão dos moradores e proprietários de terras em formar um núcleo populacional, pois o Capitão Filipe Joaquim de Azevedo Cotrim e Maria Clara de São José doaram um terreno para a construção de uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Livramento, em 1840. A construção somente foi concluída em 1871.

Em 20 de dezembro de 1849, o Governo Provincial criou o distrito policial de Bonito que, posteriormente, em 1884, foi promovido a distrito de paz. Em 1852, Bernardo de Brito Gondim assumiu a sub-delegacia de Bonito, permanecendo na função até 1863, quando foi substituído por Vicente Pinheiro de Azevedo.

Bernardo de Brito Gondim foi o maior líder político do Bonito, no século XIX, integrante do Partido Conservador, no Brasil Imperial. O fazendeiro adquiriu a propriedade do Santo Antônio em meado do século XIX, onde construiu a sua residência, conhecida atualmente como “Casa de Pedras”. Trata-se de uma residência com fachada principal de pedras, com seteiras ou óculos sobre as portas e janelas, servindo para medidas de proteção à família do proprietário, pois homens armados dentro da casa poderiam utilizá-los para alvejar pessoas do lado externo, em caso de confrontos ou ataques. É uma construção fortificada para os padrões da época. Foi adquirida em 1894 pelo capitão Augusto José Fagundes. Permanecendo, atualmente, em poder dos seus descendentes.

Em 1884, Igaporã foi elevado à categoria de Vila com a denominação de Bonito, sendo elevada à categoria de distrito em 1º de janeiro de 1944, por força do decreto de nº 12.978, passando a chamar-se Igaporã, que em Tupi-guarani significa Água Bela.

Em 30 de dezembro de 1954, Igaporã foi emancipada pela Lei 638 do Governo do estado da Bahia, sendo nomeado primeiro prefeito Orozimbo Ribeiro, até que se foi feita a eleição, sendo eleito Alípio Cardoso.

Em 7 de fevereiro de 1958 foi executado o mandato judicial do estado da Bahia, que considerou inconstitucional a criação do município, fazendo-o retornar como distrito, ao município de Caetité. Registra-se que, na época, o distrito de Pajeú do Vento não se conformou em pertencer a Igaporã e por meio de plebiscito, voltou a ser distrito de Caetité.

Por força da Lei 2308 de 1 de setembro de 1960, é que restauraram a independência de Igaporã, devendo salientar a luta de Silêncio Fernandes, Manoel Azevedo, Dr. João Archanjo e José Antônio Fagundes, para que o município obtivesse êxito na sua separação com Caetité.

Ficando assim considerada data oficial de emancipação do município o 1º de setembro de 1960, por força da lei nº 01/1985 de autoria do então vereador Lucílio Fagundes Neves.

Devemos destacar que a história política de Igaporã, desde a época de sua condição de Vila até os dias atuais é marcada por uma forte e acirrada disputa política. Talvez uma das mais esquentada da região. Porém é importante destacar que o município tem ganhado com a escolha de seus representantes. A festa junina de São Pedro é hoje uma das maiores manifestações culturais da cidade. Ela é realizada entre os dias 27 a 29 de junho na Praça do Forró, com apresentação de artistas locais e de renome nacional. Além de quadrilhas, danças, barracas e artesanato do município. Para esta festa deslocam-se pessoas de várias regiões do estado, que vêm prestigiar o evento anualmente.

Temos ainda as festas religiosas de São Sebastião, Maria, e Nossa Senhora do Livramento, que são acompanhadas por centenas de fiéis que participam ativamente dos festejos. Estas festas mantêm as características tradicionais dos nossos antepassados, preservando assim a nossa cultura. Uns destaques históricos do nosso município são a Casa de Pedra da Fazenda Santo Antônio que segundo a história deu origem ao município; A Casa Grande da Praça da Igreja e A Igreja Matriz datada de 1871. Temos ainda outros aspectos históricos mais recentes como a Praça do Forró, o Centro de Cultura, que são o orgulho da nossa gente.

Associado a tudo isso, surgem aí os nossos artistas, sanfoneiros, repentistas, e ternos de reisado que sempre são bem colocados nos festivais que participam. Destacamos também como um patrimônio do nosso município, a professora Olver Vieira que quando em vida, com sua sabedoria ajudou a criar as primeiras escolas do município, bem como educar o seu povo, com muito amor e dedicação.

2.3 Instrumentos de produção de informação

Para a concretização desta pesquisa foi necessário traçar estratégias que permitissem a coleta de dados, que se dará através de análise documental e aplicação de questionário semiestruturado on-line.

Considerando que a análise documental é relevante para que se conheçam os dados que, de acordo com Gil (2002, p. 46), assumem papel importante, tendo em vista que os documentos reúnem fonte rica e estável de dados e que subsistem ao longo do tempo. Gil acrescenta, ainda, que “outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa.

[...] a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato”.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 39),

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Os documentos registram dados importantes que servirão para que os pesquisadores realizem investigações confrontando teoria e prática. Nem sempre o que está no papel é cumprido na realidade prática. Portanto, o objetivo é, através do estudo dos documentos, problematizar questões que interessam a sociedade, como por exemplo, nesta pesquisa as questões relacionadas ao profissional da educação.

Os documentos analisados nesta pesquisa foram os seguintes: a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB), da Lei 13005/2014 (Plano Nacional de Educação- PNE/ 2014-2024) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Igarorã, instituído pela Lei Municipal 376 de 18 de outubro de 2021. Os resultados desta análise serão apresentados no capítulo 2 no tópico 3.3 que discorre sobre políticas públicas educacionais para que haja valorização do profissional docente.

Desta forma, tal suporte será complementado pela pesquisa de campo, que, para Gil (2002, p.53-54), “procura o aprofundamento das questões propostas e seu planejamento apresenta flexibilidade podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa” e esta etapa da pesquisa foi realizada através dos questionários on-line.

O procedimento adotado para coleta de dados teve início a partir das redes sociais para encontrar professores interessados em contribuir com a pesquisa através do Whatsapp. Durante os meses de fevereiro a abril de 2023, comecei a procurar pelos professores de Igarorã através da rede social denominada Whatsapp que estavam interessados em participar desta pesquisa. Como o Whatsapp é uma rede social bastante popular, facilita a comunicação reduzindo o tempo e a distância na busca de professores de forma presencial. Alguns contatos de professores de diferentes escolas consegui com um amigo que conhece vários docentes, outro consegui com a diretora de uma escola e um por indicação de uma professora respondente.

O questionário on-line foi criado no Word, uma ferramenta usada pelo meio acadêmico para digitar e produzir trabalhos. As perguntas foram elaboradas da seguinte forma: criação de 21 questões objetivas de múltipla escolha, as quais o professor poderia escolher uma alternativa,

em algumas questões ele tinha a possibilidade de escolher mais de uma opção; 7 questões subjetivas, as quais os docentes puderam relatar sua experiência no exercício da sua função profissional de acordo os aspectos requeridos pelas questões que diz respeito à valorização docente. Foram enviados, por Whatsapp, 8 questionários a professores de diferentes escolas do município e todos foram devolvidos respondidos.

2.4 Sujeitos participantes da pesquisa

Para determinar os sujeitos da pesquisa foi utilizado o critério de adesão espontânea pela rede social Whatsapp, como especificado no tópico anterior. Para isso, a partir do contato com esses docentes que se disponibilizaram para colaborar com a pesquisa respondendo ao questionário on-line, os critérios adotados para a pesquisa foram: os professores deveriam ser de diferentes escolas da rede municipal de ensino; os docentes também deveriam ser concursados, ou seja, por possuírem um tempo maior de exercício da docência. Além disso, são resguardados pela LDB, a qual afirma que os professores sejam contratados através de concurso público como será discutido no tópico 3.3 do capítulo 2 desta pesquisa. Dessa forma, esses professores têm maior percepção do que é instituído nas leis educacionais e do que é praticado no município de Igaporã no quesito valorização profissional docente.

Quadro 1: Descrição dos sujeitos participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade	Formação	Tempo de atuação	Segmentos de ensino em que atuam.
Professor 1	40 a 49 anos	Letras	17 a 25 anos	Está exercendo outra função no município: Presidente do sindicato dos servidores públicos
Professora 2	50 a 59 anos	Pedagogia	7 a 25 anos	Fundamental I
Professora 3	40 a 49 anos	Pedagogia	7 a 25 anos	Fundamental I
Professora 4	40 a 49 anos	Pedagogia	25 a 35 anos	Fundamental I
Professora 5	30 a 39 anos	Letras	7 a 25 anos	Fundamental II
Professor 6	40 a 49 anos	Geografia e pedagogia	7 a 25 anos	Fundamental II
Professora 7	50 a 59 anos	Pedagogia	25 a 35 anos	Fundamental I
Professora 8	40 a 49 anos	Biologia	7 a 25 anos	Fundamental I

Fonte: Elaboração do autor (2023)

2.5 Organização das etapas da pesquisa

A pesquisa foi organizada da seguinte forma: Primeiramente fizemos um levantamento bibliográfico em busca de teóricos que discorrem sobre políticas públicas, valorização do profissional da educação e profissionalização como base para o referencial teórico.

Em seguida, foi feita a análise de documentos específicos da área da educação como LDB, PNE e PME de Igaporã para extrair informações importantes sobre o que essas leis abordam sobre valorização docente.

Depois, foram aplicados os questionários aos professores do município de Igaporã. Estes sujeitos participantes da pesquisa foram os responsáveis por trazer através de respostas objetivas e subjetivas o que está instituído nas leis e o que é praticado no seu contexto profissional no que se refere à valorização docente.

Por último, esses dados foram organizados e categorizados para a escrita do capítulo de análise, o qual aliou a discussão das respostas dos professores com os aspectos das leis educacionais e aprofundou a discussão com os teóricos.

Quadro 2: Etapas da pesquisa

Etapas da pesquisa	Atividades
1º	Levantamento bibliográfico para conceituar políticas públicas, valorização do profissional da educação e profissionalização.
2º	Análise dos documentos de natureza educacional
3º	Aplicação dos questionários aos professores do município de Igaporã
4º	Resultados e discussões: Análise e escrita do capítulo 3

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Após concluir todas as etapas da pesquisa, partimos para as considerações finais no intuito de retomar o que foi investigado, discutido e os resultados alcançados para expor nossos anseios perante o tema da pesquisa.

3 (DES)VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Professores brilhantes ensinam para uma profissão. Professores fascinantes ensinam para a vida.
(Augusto Cury, 2003)

O objetivo deste capítulo é introduzir ao leitor a ideia do que possa ser a valorização do profissional da educação. Para isso, este capítulo está dividido em três tópicos: o primeiro tópico aborda o que as produções da literatura especializada da educação diz sobre a valorização do profissional da educação; o segundo tópico traz para a discussão o que os autores (teóricos) discutem sobre valorização docente; por fim, o terceiro e último tópico explana sobre os artigos das leis educacionais que discorrem a respeito do que esses documentos apontam para que haja valorização do profissional da educação.

Percebe-se que nas próximas páginas, será explanada sobre como é visto o conceito de valorização docente sob diversas óticas, seja pelas produções ou pesquisas acadêmicas, seja pelo olhar de teóricos que estudam esse tema, e nas leis educacionais você irá notar elementos que denotam os aspectos da valorização do professor.

Desde já, é importante esclarecer ao leitor que devemos lutar pela educação e pelo professor que é o personagem principal. Por meio dos docentes, a aprendizagem chega para milhões de brasileiros, quer pela educação básica ou superior. Esses milhares de estudantes, com o auxílio do professor, serão os futuros profissionais nas diversas áreas graças a todos esses mestres que na sua luta diária guerreiam por uma educação melhor.

Portanto, é essencial que a sociedade lute pelo professor, enxergue esse profissional como o transformador de vidas, o impulsionador do sucesso, o construidor do conhecimento, que precisa ser valorizado pela importância que exerce no meio social.

3.1 Exposições sobre valorização docente de acordo às produções sobre a temática

Uma breve consulta aos bancos de dados e periódicos especializados da área da educação revela o crescimento significativo das pesquisas sobre a profissão docente nos últimos anos. Nesse sentido, muitos pesquisadores vêm se ocupando em estudar a valorização/desvalorização do professor. Dessa forma, é importante buscar na literatura especializada da área trabalhos que abordam o papel do professor no contexto de sua profissão e sob quais

condições desenvolvem seu trabalho, a fim de conhecer e entender como as questões relacionadas à profissão docente são destacadas nessas pesquisas.

Sendo assim, foi feito um levantamento em três portais que publicam resultados de pesquisas científicas. No site da Scielo, foi utilizado o descritor “valorização do profissional da educação”, que resultou em 101 trabalhos. Mas com o recorte temporal de 2017 a 2022, ao filtrar por idioma português e artigo científico, resultou em 39 trabalhos, dos quais selecionamos 1 para discutir sobre o tema, pois após a leitura dos títulos, foi constatado que esse trabalho está mais condizente com o tema.

No Portal de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foi utilizado outro descritor: “valorização do professor políticas públicas educacionais”, pois ao utilizar o descritor do portal de pesquisa anterior não surgiu resultados para o tema. Através desse descritor, obteve-se milhares de resultados, mas com recorte temporal entre 2017 a 2022, a filtragem por área do conhecimento, de avaliação, de concentração e nome do programa: educação, o que reduziu a 8720 trabalhos, dos quais selecionamos 3 produções sobre o tema.

No Google acadêmico, foi usado o descritor “valorização do professor” or “políticas públicas educacionais”. Novamente o descritor foi modificado, pois somente com esse descritor surtiu os resultados desejados em acordo com o tema. Através desse descritor, o resultado foi de 1160 trabalhos, mas com o recorte temporal de 2017 a 2022 e as filtragens em páginas em português, resultou em 666 trabalhos, dos quais, selecionamos 2 produções para discorrer sobre o tema e que tem mais conexão com a temática. Dessa forma, os seis trabalhados lidos e analisados na íntegra estão no quadro abaixo:

Quadro 3: Trabalhos selecionados

Título do trabalho	Tipo (Artigo, dissertação, tese)	Autor/ano de publicação	Portal de publicação
Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica	Artigo científico	Márcia Andreia Grochoska e Andréa Barbosa Gouveia (2020)	Scielo

O planejamento de políticas de valorização docente no contexto de elaboração do Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista-BA	Dissertação de mestrado	Fernanda Ribeiro Paz (2020)	Portal de Teses e Dissertações da CAPES
Políticas públicas para valorização docente: planos de carreira e remuneração das redes municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA)	Dissertação de mestrado	Vera Lúcia Fernandes de Brito (2019)	Portal de Teses e Dissertações da CAPES
Análise dos movimentos de sentido de valorização/desvalorização do trabalho dos(as) professores (as): quais pontes se têm atravessado?	Dissertação de mestrado	Luiza da Silva Braido (2021)	Portal de Teses e Dissertações da CAPES
Plano municipal de educação e valorização docente: um estudo sobre o município pernambucano de Bom Jardim	Dissertação de mestrado	Marcos da Silva Aguiar (2021)	Google acadêmico
A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em Educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré – Bahia	Monografia	Natan Carvalho Ribeiro Júnior (2018)	Google acadêmico

Fonte: Elaboração do autor (2022)

O artigo “Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica”, encontrado no site da Scielo é de autoria de Márcia Groshoska e Andréa Gouveia (2020) e teve como objetivo investigar a carreira docente a partir da percepção dos professores acerca da valorização profissional e da qualidade de vida em duas redes municipais de ensino do Estado do Paraná: Piraquara e São José dos Pinhais, as quais possuem diferentes contextos econômicos, um com maior aporte de recursos financeiros para a educação e outro com menor.

A percepção sobre a valorização está muito relacionada a uma carreira que possibilita avanços remuneratórios e valorização das titulações. Piraquara apresenta um plano de carreira mais favorável a elementos de valorização, ao contrário de São José dos Pinhais, que já implantou um plano que, no processo de enquadramento, causou grandes distorções remuneratórias e que na trajetória pouco resolveu essas questões. Nessa perspectiva, os dados de Piraquara demonstram professores com visão mais positiva sobre a carreira e sua qualidade de vida, mesmo tendo remunerações mais baixas que as de São José dos Pinhais, pois ainda assim lhes é dada a possibilidade de avançar nessa carreira, possibilitando o seu reconhecimento pela formação e pelo mérito.

Em relação à qualidade de vida, apesar de que nas duas redes com vencimentos tão diferenciados a percepção sobre a remuneração e a qualidade de vida varia muito pouco, ou seja, mesmo no município com melhores vencimentos há o indicativo de que a remuneração ainda é baixa. Esse argumento justifica a necessidade da equiparação dos vencimentos do professor com as demais categorias de nível superior.

Algo que chama a atenção é que mesmo Piraquara apresentando um maior número de professores que trabalham vinte horas semanais, o que pode melhorar a representação sobre a qualidade de vida, a jornada de quarenta horas não é problema para o professor. A maioria dos que afirmam terem qualidade de vida, estarem felizes e realizados, trabalham uma jornada de quarenta horas. Assim, além da jornada, é mais importante destacar os elementos que compõem o cenário de desenvolvimento do seu trabalho no dia a dia, como, por exemplo, o número de alunos atendidos por dia.

Esse elemento aparece com destaque na maioria dos dados: em ambos os municípios, professores com mais qualidade de vida trabalham com turmas menores (1º ano e turmas da educação infantil) e, conseqüentemente, atendem um número menor de alunos por dia; isso gera

uma carga de trabalho menor, produzindo benefícios na vida do professor, tanto pessoal como profissional. Assim, é importante a regulamentação do número de crianças atendidas nas redes.

Já a dissertação de mestrado “O planejamento de políticas de valorização docente no contexto de elaboração do Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista-BA”, de Fernanda Ribeiro Paz (2020), teve como objetivo analisar o planejamento das metas e estratégias relativas à valorização docente do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista/BA. Com relação aos resultados apresentados, na elaboração do PME do município de Vitória da Conquista, constataram-se características de um planejamento democrático e, simultaneamente, burocrático, bem como se detectaram ambiguidades: ao mesmo tempo em que faz transparecer uma política inclusiva e participativa, assume um caráter gerencialista, pela via do cumprimento de ordem democrática para não sofrer penalidades financeiras. Além disso, importantes estratégias apontadas no PME referentes à valorização têm sido descumpridas, o que prova que o amparo da lei, por si só, não garante o atendimento das reivindicações históricas.

Por sua vez, a dissertação de mestrado “Políticas públicas para valorização docente: planos de carreira e remuneração das redes municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA)”, de Vera Lúcia Fernandes de Brito (2019), objetivou analisar a política de remuneração e carreira do magistério das redes públicas municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA), e suas implicações para a valorização do docente da Educação Básica destas localidades. No decorrer do estudo realizado para a construção desta dissertação, ficou constatado que prevalece o caráter contraditório e a irregularidade entre o que é instituído nos documentos regulatórios e o que é praticado em cada rede municipal a que os professores participantes do estudo estão vinculados. Os achados desta investigação permitem relacionar o ciclo de políticas de Ball (2006), no que diz respeito ao contexto da produção do documento, referindo ao que é regulamentado na legislação, assim como ao contexto da prática, à realidade vivenciada pelos professores em cada rede municipal do Território investigado.

A dissertação “Análise dos movimentos de sentido de valorização/desvalorização do trabalho dos(as) professores (as): quais pontes se têm atravessado?”, de Luiza da Silva Braidó (2021), teve como objetivo investigar os sentidos de valorização/desvalorização do trabalho dos(as) professores(as), entendido como trabalho pedagógico, nas políticas públicas educacionais. Constatou-se que as políticas públicas educacionais não conceituam o que denominam valorização. Deste modo, apenas citam como esta categoria se expressa, o que

representa uma inconsistência, porque se percebe a necessidade de valorizar os(as) professores(as), entretanto, não se define esta valorização. Do mesmo modo, quando há a necessidade de valorização, é porque já está desvalorizado, pois, no capitalismo, preza-se o lucro, e isso requer a intensificação e superexploração dos(as) trabalhadores(as) como um todo. Mais do que expressões é necessário compreender os movimentos e saber como trabalhá-los, portanto, aplicá-los como potencializadores do trabalho pedagógico realizado.

Por último, apresentaremos os trabalhos encontrados no Google acadêmico. Na dissertação “Plano municipal de educação e valorização docente: um estudo sobre o município pernambucano de Bom Jardim”, de Marcos da Silva Aguiar (2021), teve-se como objetivo analisar o processo recente de construção do planejamento da educação no Brasil, com foco mais específico no Plano Municipal de Educação (2015-2025) –PME - do município de Bom Jardim (PE) em suas interrelações com o Plano Nacional de Educação (2014-2024)-PNE enfatizando principalmente as definições voltadas para a valorização do magistério da educação básica. Apesar de se encontrar avanços na política de valorização docente, sobretudo advindas da legislação nacional, observou-se ainda que houve pouco envolvimento dos professores com o processo de implementação do plano em nível local, desconhecimento de suas metas, percebendo-se a existência de um distanciamento entre as metas e estratégias regulamentadas no PME e o contexto da prática vivenciado por estes profissionais, indicando a necessidade da adoção de outros procedimentos para que as formulações do planejamento possam ser viabilizadas com efetivo envolvimento dos sujeitos responsáveis pela sua execução, o que requer práticas efetivas de gestão democrática da educação em nível nacional e local.

A monografia “A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em Educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré – Bahia”, de Natan Carvalho Ribeiro Júnior (2018) teve como objetivo analisar como a implementação das políticas públicas educacionais de valorização dos profissionais do magistério em Nazaré-Bahia contribui diretamente para elevar os índices educacionais do município. Como resultado, observou-se a importância da valorização profissional docente para que os índices educacionais pudessem crescer no cenário educacional. Notou-se, ainda, que após a implementação das políticas de valorização do Magistério ocorreram melhoras significativas no processo de aprendizagem dos discentes, verificadas através de instrumentos avaliativos externos elaborados pelo Ministério da Educação, principalmente, constatado através do IDEB de 2015, que demonstra um aumento significativo em relação às metas projetadas para o município, o estado e o país.

De modo geral, as pesquisas analisadas abordam como as políticas de valorização docente nem sempre fazem parte do contexto da profissão, ou seja, o que está nos documentos sobre valorização do profissional da educação não é cumprido na prática. Porém, através dessas pesquisas, busca-se mostrar a realidade de vida desses professores e como a educação necessita de investimentos, de um olhar mais humanizado dos governantes para com a educação.

Surgem desse modo, questionamentos sobre o que está posto nos documentos e a realidade; se esses objetivos são ou não cumpridos na prática profissional dos professores: de que forma as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igaporã avaliam esse discurso no contexto da profissão. Os resultados das pesquisas indicam que ainda é preciso avançar nos estudos sobre a profissão docente. É com esse intento que este Trabalho de Conclusão de Curso pretende contribuir para a ampliação dessa discussão ao trazer como cenário de investigação o município de Igaporã, localizado na região do sudoeste baiano.

3.2 Referencial teórico sobre a temática: O que dizem os autores sobre valorização docente?

Nossa pretensão nesta investigação é analisar a (des)valorização do profissional da educação a partir das políticas públicas governamentais direcionadas para que haja valorização do profissional docente. Com isso, é necessário pesquisar entre os professores como se dar essa (des)valorização contido nos documentos específicos da área da educação no contexto da profissão. Para situar melhor a temática, é importante compreender o que os teóricos dizem acerca das políticas públicas de valorização do profissional da educação.

Gatti *et al* (2011) defendem que, considerando a importância inerente ao trabalho educativo das novas gerações e as características requeridas aos profissionais do ensino – seu conhecimento das áreas de conteúdo escolar, aliado aos de pedagogia e aos de didática, do desenvolvimento sociocognitivo de crianças e jovens, da formação de valores, entre outras –, é que se vem colocando, com veemência, a necessidade de que a esse(a) profissional seja atribuído um valor diferenciado, constituindo-se uma verdadeira profissionalização para o professorado, para além de um ofício, com perspectivas atuais e futuras de reconhecimento, de remuneração digna, de sustentação de sua própria sobrevivência e de sua família, de condições dignas de trabalho.

Por profissionalização, entende-se, conforme Evangelista (2003) e Shiroma (2003) como política de Estado implementada por meio de medidas como formação continuada, incentivos à docência, exames para ingresso na carreira, avaliação de desempenho atrelada à remuneração, exames de certificação de competências, vinculando-se, portanto, à discussão sobre carreira e valorização do magistério.

É necessário criar condições para que esse profissional se sinta suficientemente reconhecido socialmente nesse esforço de formação das novas gerações na perspectiva democrática sinalizada pela Constituição Federal e na direção da ampliação cultural da população brasileira, atual e futura. Nessa direção, Gatti, Barreto e André (2011, p. 15) afirmam que:

Para a melhoria da educação, é imprescindível o investimento nos pilares que compõem a valorização social da carreira docente, porém este não é o único aspecto a ser discutido. Por um lado, que não se deixe de investigar a formação inicial, que ainda carece de muito conhecimento sobre como formar professores competentes para atuar no mundo atual; por outro lado, as pesquisas não podem correr o risco de reforçar uma ideia, corrente no senso comum de que o(a) professor(a) é o único elemento no qual se deve investir para melhorar a qualidade da educação. Há outros elementos igualmente importantes – como a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes. São múltiplos os fatores que não podem ser esquecidos, nem desconsiderados no delineamento de políticas para os professores.

Como se vê, as autoras defendem um verdadeiro caráter de profissionalização para os professores, no qual possam se destacar em sala de aula como verdadeiros educadores. A partir de uma boa remuneração e de melhores condições de trabalho o profissional da educação poderá se constituir como sujeito valorizado, financeira e socialmente, no contexto da profissão. Além disso, é preciso ter uma boa formação para os professores se aperfeiçoar, garantindo mais qualidade à educação.

O professor necessita ser visto pela sociedade como um agente transformador, que está ali no desempenho das suas funções buscando garantir uma educação de qualidade que possibilite que os sujeitos cresçam em aprendizagem e conhecimento, e são esses fatores que provocam uma sociedade mais escolarizada e mais profissionalizada. Diante disso, é preciso valorizar o professor completamente, seja por salário, ou por melhores condições de trabalho, entre outros fatores, para que a sociedade enxergue o profissional da educação com uma visão otimista e reconheça o valor dessa profissão.

Ainda a respeito da valorização docente, Farias (2013, p. 338) a conceitua da seguinte forma:

Valorização é o reconhecimento da atividade docente, no sentido de propiciar um salário que garanta boas condições de vida para o professor e para sua família, boa formação capaz de dar subsídios para execução de um trabalho de qualidade. É importante destacar que os dois aspectos citados só surtem efeito se estiverem aliados a condições propícias para o bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Com isso, a autora reforça que o professor necessita de um salário suficiente para atender suas necessidades e da sua família e uma boa formação que possibilite ao profissional da educação desempenhar um trabalho de qualidade no exercício da docência.

Ultimamente, os baixos salários dos professores ligados à inflação, deixa o profissional da educação com poucos recursos financeiros para se manter e manter sua família, além de não ser o suficiente para que ele possa se aperfeiçoar em cursos de especialização.

Portanto, é necessário que os governantes busquem melhores condições a esses profissionais garantindo um salário digno e suficiente para suprir as necessidades dos docentes, além de investir em cursos de especialização ou formação para os professores.

Ao analisarem as políticas educativas no Brasil, Gatti e Barreto (2009) afirmam a importância de considerar o esforço, por parte do Estado, para melhorar as condições salariais e de carreira dos professores, em que pesem os inúmeros impasses e desafios a serem enfrentados, no que tange à valorização do magistério. Com relação aos salários, pontuam que, se comparados ao de outras profissões que exigem nível superior, não são atraentes; quanto à carreira, afirmam que, apesar de a LDB 9.394/96 (Lei BR nº 9.394, 1996) prever a valorização dos docentes da educação básica, verifica-se a ausência de planos estruturados de modo a oferecer horizontes promissores aos professores, além da falta de perfil profissional claro. Para as autoras, as condições de remuneração e carreira dos professores não correspondem à formação exigida e nem às responsabilidades sociais implicadas em seu trabalho (Gatti & Barreto, 2009).

De acordo com Contreras (1997), o trabalho do professor refere-se a expectativas sociais que não são fixas, mas socialmente estabelecidas. Porém esse dever ser da profissão traz em seu bojo tensões, que dizem respeito ao que se espera ver concretizado nas escolas e ao que a realidade concreta possibilita que se realize. O autor sinaliza para a situação atual vivida pelo professorado, destacando uma crescente desqualificação desse exercício profissional, expressa, entre outros aspectos, pelo aumento do controle sobre o trabalho e pela intensificação das atividades desenvolvidas na escola.

Enfatiza-se, por um lado, uma grande responsabilização dos professores pela qualidade do ensino, o que estabelece maiores exigências em relação ao seu trabalho nas escolas, e por outro, uma acentuação na desvalorização social da docência (Oliveira, 2004, 2008). A própria ideia da necessidade de profissionalização, presente em documentos e discursos oficiais que visam regulamentar a formação docente, porta aspectos ideológicos que necessitam ser tensionados, pois tais textos, ao estabelecerem certas habilidades especializadas, responsabilidades e compromissos, podem vincular tal profissionalização à implantação de processos de controle externo sobre as ações dos professores. E, com isso, podem promover a valorização do componente técnico de seu trabalho e a intensificação das tarefas a eles destinadas, além de potencializar a perda de controle desses profissionais sobre as atividades por eles desenvolvidas (Contreras, 1997). A perda de autonomia do professor sobre o seu processo de trabalho evidencia a precarização do trabalho docente e sua desvalorização política e social, em que pesem os esforços traçados para sua valorização (Apple & Teitelbaun, 1991).

Além da perda da autonomia no trabalho e da intensificação das tarefas a serem realizadas pelos docentes, chama-se atenção para questões relativas ao salário e à carreira docentes, que trazem impactos em sua perspectiva profissional, afetando inclusive o recrutamento de futuros professores. Estudo realizado pelo MEC/INEP (MEC, 2009), a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), demonstra que aqueles que querem ser professor no Brasil são os alunos com pior desempenho nessas provas, evidenciando que a carreira do magistério não está conseguindo selecionar os professores entre os melhores alunos do Ensino Médio, o que pode ser um indicativo da falta de seu prestígio social. Em outra pesquisa, feita com alunos, sobre a atratividade da carreira docente, evidencia-se a dimensão das contradições presentes no exercício do magistério na educação básica, e que são percebidas pelos jovens (Gatti, Tartuce, Nunes, & Almeida, 2010). Constatou-se que os alunos percebiam aspectos positivos e negativos relacionados ao exercício da docência que, ao mesmo tempo em que era vista como portadora de grande responsabilidade social, era também percebida como socialmente desvalorizada, em decorrência dos baixos salários e das difíceis condições em que se realiza. Os alunos demonstraram grande respeito pela figura do professor, mas percebiam que a satisfação no trabalho docente é difícil de ser obtida, uma vez que está atrelada ao outro, ou seja, à aprendizagem do aluno. Ao mesmo tempo em que se exige muito dos professores, se oferecem poucas recompensas monetárias e pouco reconhecimento social. Além disso, os entrevistados atribuíam a outras carreiras a possibilidade de ocupar posição financeira mais vantajosa e de obter melhor qualidade de vida.

3.2.1 Tipos de desvalorização do profissional da educação

De acordo com Westerley Santos (2015), em seu artigo *Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor*, a desvalorização do trabalho docente apresenta cinco tipos, a saber: o econômico, o social, o psicológico, o da obsolescência e o da desqualificação.

A desvalorização econômica ocorre pela baixa remuneração dos professores, fato que os impede de desenvolver profissionalmente, pois os obriga a trabalhar em diversos turnos para aumentar o salário e isso, de certa forma, os sobrecarrega com alta carga horária de trabalho. Se possuírem família, o salário é pouco para arcar com as despesas e compromete o investimento em novas especializações.

Já a desvalorização do tipo social, é definida pelo autor como aquela que ocorre pela percepção e prestígio da sociedade em relação ao papel profissional do docente. Nesse caso, a docência é desprestigiada e não recebe a mesma valoração social de profissões como médicos, engenheiros e advogados. Além disso, poucos estudantes têm interesse em cursos de licenciatura, o que demonstra a desvalorização social em seguir a carreira docente. Essa desvalorização ocorre pela desatenção governamental aos professores sem investimentos econômicos, científicos, tecnológicos e leis que defendam a profissão. Apontamos também professores que são desrespeitados e agredidos por pais, alunos e a própria sociedade.

Quanto à desvalorização do tipo psicológica, Santos (2015) diz que está relacionada à mentalidade do profissional docente em se ver como professor. Diante dos aspectos de desvalorização econômica e social da profissão, o professor vai se desiludindo com a carreira docente, se autodesvaloriza e perde o significado de sua função profissional nos aspectos sociais, políticos, econômicos e científicos. Os sintomas dessa autodesvalorização são o adoecimento do profissional, a perda de perspectivas, de satisfação com os afazeres da profissão, desprazer, fadiga, desilusão, falta de orgulho e vontade em exercer a profissão.

Outro tipo de desvalorização é a do tipo da obsolescência. Nesse caso, entende-se como extinção de uma profissão. A profissão de professor pelo contrário não é extinta, gera demanda de professores, porém a obsolescência ocorre pela rara procura de estudantes a cursos de licenciatura, o que torna escasso o número de profissionais, especialmente nas áreas de Física, Química e Biologia. A baixa procura pela docência gera uma queda na oferta destes profissionais pelas universidades.

O quinto e último tipo de desvalorização apontado por Santos (2015) é o do tipo da desqualificação que significa tirar o valor da profissão, sua essência, sua qualidade, é desqualificá-la tirando da profissão aquilo que a faz ser ela mesma, portanto a desvaloriza, pois suprime a sua importância social e profissional, mesmo sendo uma profissão de extrema relevância.

3.3 Concepções de valorização docente na legislação educacional

Políticas públicas são ações governamentais implementadas pelos governantes em prol das áreas que compõem o orçamento e que precisam ser assistidas. Os cidadãos brasileiros exercem a democracia ao eleger seus representantes, os quais serão os responsáveis por administrar o país ao ocupar um cargo político. A população paga impostos ao consumir produtos, bens e serviços. O governo é o responsável por administrar esses impostos e distribuir recursos que serão investidos nas diversas áreas do orçamento. É nesse caso, que se exige do governo políticas públicas que venham atender as necessidades das diversas áreas como saúde, segurança pública, educação, infraestrutura, meio ambiente, assistência social, agricultura etc.

A respeito do conceito de políticas públicas, Souza (2006, p. 07) conceitua:

Política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

As políticas públicas estão presentes na Constituição Federal de 1988. Percebe-se pela citação de Souza (2006) que fazer políticas públicas é fazer o governo agir em prol de determinada área que necessita de uma assistência. Quando notamos que determinada área do orçamento necessita de um olhar em relação aos anseios e necessidades desse setor, o povo ou até mesmo os governantes buscam propor ações para conter essas deficiências. Através dessas políticas públicas visam melhorias nessa área, corrigir as falhas e determinar uma maneira de suprir as carências de interesse público, ou seja, do povo.

Por causa disso, os governos democráticos, durante as campanhas eleitorais, elaboram propostas democráticas que procuram traduzir em benefícios para a população nas diversas

áreas do orçamento e que buscam surgir efeitos trazendo resultados e mudanças ao serem implementadas.

Dentre as políticas públicas da gestão pública, estão as políticas públicas educacionais, ou seja, são políticas voltadas para o desenvolvimento da educação no país e são direcionadas ao país, estados e municípios dependendo de como cada agente governamental será responsável por gerir a educação.

Visa-se, portanto que o governo aplique políticas públicas educacionais que venham promover o progresso do país com uma educação de qualidade, escolas com espaços acessíveis e bem estruturados, valorização de todos os profissionais da educação e demais funcionários que compõem a instituição escolar, gratuidade do ensino público para os alunos, bem como promover a igualdade social através da valorização das diferenças sociais e culturais, permitindo que todos os cidadãos tenham direitos iguais e possam se desenvolver através dos estudos livres do preconceito e da exclusão social. Devido a isso, o ambiente escolar requer um espaço adequado para suprir as necessidades dos estudantes, principalmente daqueles que possuem necessidades especiais.

Vejamos os artigos 206 e 207 da Constituição Federal de 1988 que expõem os princípios essenciais para que se estabeleça políticas públicas que beneficiarão todos os cidadãos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL. 1988, p. 91)

Observa-se que os documentos educacionais (aqui a Constituição Federal de 1988) já afirma o direito que todos têm de possuir uma educação igualitária e de qualidade, do cidadão se desenvolver através do pensamento crítico e na liberdade de expor suas opiniões, de ter criatividade e contribuir na sociedade por meio dos conhecimentos adquiridos, do pluralismo social e cultural, diversidade de ideias e opiniões dos alunos em relação ao ensino geral, do ensino gratuito para que todos consigam estudar, da valorização dos profissionais da educação contratando-os por meio de concurso público nas redes públicas.

Com isso, já se tem uma noção que a Constituição Federal apresenta propostas de valorização do profissional da educação com formação continuada, redução da jornada de trabalhos, salários dignos e com a garantia de direitos trabalhistas, principalmente por ingresso nas escolas através do concurso público.

A LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Nesse sentido, a LDB apresenta em seu artigo 3 e 67:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VII -valorização do profissional da educação escolar;

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, p. 02 e 08, 1996)

Desse modo, percebe-se que a lei educacional propõe princípios para que haja valorização do profissional da educação. Se são cumpridos ou não, nos cabe investigar. Aí surgem questionamentos como graduandos e futuros docentes: Será que realmente há concurso público para que os docentes do município ingressem na carreira docente? Será que todos os

docentes do município são efetivos (entraram através do concurso público) ou uma parte possui contrato temporário? Será que todos os professores do município (efetivos e temporários) têm o direito à licença do trabalho para se aperfeiçoarem profissionalmente? Será que todos os professores da rede municipal recebem o piso salarial de que tem direito? Será que todos os docentes estão tendo progressão de carreira levando em conta as suas especializações, titulações e anos de trabalho? Será que dentro da carga horária de trabalho do docente sobra tempo para ele estudar e planejar suas aulas? Será que os docentes possuem condições adequadas de trabalho?

Diante desses questionamentos, o nosso papel é analisar o que a LDB e as demais leis educacionais abordam sobre a valorização docente, refletir, questionar e ir em busca da resposta associando o que está no papel (documentos) e o olhar dos professores do município de Igaporã no contexto da profissão, para que eles deem um veredito afirmando se esses aspectos da valorização são ou não cumpridos na sua prática profissional.

Em relação ao PNE (Plano Nacional de Educação), entende-se que é um documento editado periodicamente, através de lei, a qual compreende desde diagnósticos sobre a educação brasileira até a proposição de metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do setor educacional em nível nacional, estadual e municipal. O PNE dura 10 anos e depois é renovado por mais 10 anos. O atual Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014, com vigência de 10 anos através da lei 13005/2014, o qual em suas diretrizes aborda sobre a valorização do profissional da educação, como pode ser observado:

Art. 2 São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p. 02)

Assim, o PNE já traz em suas diretrizes que o professor deva ser valorizado. O docente ao ser valorizado profissionalmente poderá contribuir para um ensino de qualidade para atender as demandas da área educacional, formando cidadãos com mais conhecimento e criticidade sobre o mundo em que vivem.

No que diz respeito às metas, destaco dentro do PNE aquelas que abordam sobre a valorização docente (Brasil, 2014):

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais de educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional.

A meta 15 já expõe que o docente precisa ter nível superior para está qualificado para exercer a docência na educação básica. Essa é uma das possibilidades de iniciar a qualificação do profissional da educação por meio de um curso superior para construir mais conhecimentos e está mais preparado para trabalhar em sala de aula.

A meta 16 propõe que metade dos docentes sejam especializados na área de licenciatura em que se formaram, ou seja, através da pós-graduação. Busca-se por meio da especialização em pós-graduação aperfeiçoar o docente para que seu potencial seja aplicado no momento de lecionar.

A meta 17 propõe um salário melhor para os profissionais da educação básica da mesma forma que se valoriza o salário de profissionais de outras áreas, ou seja, um salário igualitário, justo e democrático. O papel que o professor exerce na sociedade carece que seu salário seja dignificado.

A meta 18 traz como objetivo que os docentes da educação básica e superior do ensino público tenham um plano de carreira, ou seja, que possam progredir o seu salário e status profissional através de um plano de carreira que lhes assegurem os seus direitos.

Por meio do estudo das leis educacionais, é possível notar que os documentos apresentam aspectos de uma educação digna para todos, e dentro do que nos interessa traz elementos de valorização do profissional da educação, o qual iremos ser informados pelos professores se esses aspectos são cumpridos no contexto da prática profissional dos docentes.

4 (DES)VALORIZAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IGAPORÃ

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor assim, não morre jamais.
(Rubem Alves, 2012)

Este capítulo tem como propósito apresentar ao leitor, de início, uma breve exposição sobre o processo histórico de implementação do Plano Municipal de Educação de Igaporã. Em seguida, discutirá os aspectos da valorização docente de acordo os relatos dos docentes do município investigado.

Assim, o capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro tópico, intitulado *Plano Municipal de Educação de Igaporã: da construção à implementação em consonância com o PNE*, sintetiza sobre as ações do governo local ao propor esse plano em consonância com o Plano Nacional de Educação 2014/2024, o qual tem como objetivo cumprir as 20 metas presentes nesse documento, especificamente as metas 15, 16, 17 e 18 por abordar sobre a valorização docente de interesse da referida pesquisa, bem como o conhecimento dos docentes sobre o Plano Nacional de Educação e sua opinião sobre a importância do PME para a educação municipal.

O segundo tópico, intitulado *Valorização docente sob o olhar dos professores do município de Igaporã* está organizado em 5 subtópicos, os quais evidenciam os seguintes aspectos: perfil docente, formação inicial e continuada, carreira e remuneração docente, condições de trabalho e saúde, e a valorização de uma forma geral.

4.1 Plano Municipal de Educação de Igaporã: Da construção à implementação em consonância com o PNE

Discorreremos neste tópico sobre o processo de construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Igaporã. Para isso, recorreremos a informações contidas em documentos que abordam sobre o PME. Esses documentos que contêm o PME foram disponibilizados por uma servidora municipal da Secretaria de Educação do município de Igaporã.

É objetivo jurídico do PME atender à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o prazo de um ano após a publicação da Lei para que os Estados, Distrito Federal e

Municípios elaborem seus correspondentes planos de educação (BRASIL, 2014). O próprio Plano Nacional de Educação para se efetivar, depende do cumprimento das metas em âmbito distrital, estadual e municipal.

No município de Igaporã, a construção do PME se deu através da participação da equipe da Secretaria Municipal de Educação e das opiniões e sugestões de vários segmentos da sociedade civil igaporaense.

Esse Plano Municipal de Educação surgiu a partir da necessidade do planejamento educacional que visa nortear as ações do governo municipal no período de 10 anos tendo como base a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, o papel da gestão municipal é viabilizar investimentos e concentrar ações para o cumprimento desse documento e o objetivo é alcançar a melhoria da qualidade da educação no município. Afinal, o Plano Nacional de Educação, documento referência do Plano Municipal de Educação, já apresenta a necessidade de necessárias mudanças efetivas como garantir acesso, assegurar permanência dos educandos nas escolas, formar cidadãos críticos, reflexivos e ativos no processo de democratização social.

Sendo assim, o Plano Municipal de Educação (PME) de Igaporã, para a década 2015 a 2025, foi definido através da lei nº 278/2015 aprovada em 15 de junho de 2015 e alterada pela lei 376/2021. Ao todo, são 20 metas e 243 estratégias municipais que deverão nortear a educação no período citado.

O Plano Municipal de Educação do Município de Igaporã - Bahia foi elaborado por uma comissão denominada Grupo Colaborativo, composta de nove membros representantes dos segmentos: professores; alunos; Sindicato dos Professores; Conselho do FUNDEB; Secretaria Municipal de Educação; Poder Legislativo; Gestores Escolares e Conselho Municipal de Educação; sob a legalidade dos Decretos Municipais 19 e 20 de 30 de março de 2015.

O primeiro momento de coleta de dados e análise dos indicadores educacionais do município de Igaporã se deu a partir de um encontro de sensibilização promovido pela equipe do SASE/PROAM, no próprio município, no dia 29 de abril de 2015. Após esta data, a comissão de reelaboração do PME de Igaporã se reuniu algumas vezes para a análise dos dados e os levantamentos dos indicadores educacionais do município. A participação de diversos segmentos da sociedade foi amplamente incentivada por meio de divulgação nas redes sociais, convites individuais e outros mecanismos para garantir a participação popular no processo de (re)construção do PME de Igaporã, assegurando assim o princípio democrático na elaboração do documento.

No dia 15 de junho de 2015, a então prefeita Rosana Cotrim de Carvalho Melo sancionou a lei nº 278, que instituiu o Plano Municipal de Educação de Igaporã, estabelecendo no artigo 2 as mesmas diretrizes e metas presentes no Plano Nacional de Educação adequando ao contexto municipal.

Quando os professores investigados foram questionados se já ouviram falar do PNE, a maioria dos professores respondeu que conhece o Plano Nacional de Educação, porém alguns afirmaram que não tem total conhecimento desse documento educacional. Os aspectos mencionados por alguns professores foram a valorização docente e a garantia do direito à educação a todos os estudantes brasileiros. Uma das docentes relatou que foi colaboradora do Plano Municipal de Educação, sendo assim foi necessário conhecer o Plano Nacional de Educação.

Contudo, a aparente ausência de uma visão de conjunto do PNE pelos professores demonstra a limitação de articulação entre o local e o nacional, importante na própria compreensão do planejamento educacional local.

Quando perguntado se o PME de Igaporã tem alguma importância para a educação municipal, os professores investigados relataram:

*Sim, mas não é seguido como deveria.
(Professor 1, relato escrito, 2023)*

*Sim, Igaporã já conseguiu muitas conquistas voltadas a melhoria da educação por meio da luta e participação da sociedade.
(Professora 2, relato escrito, 2023)*

*Sim. A própria construção do PME é fruto da participação de muitos segmentos da sociedade, que de forma coletiva, discutiram o contexto educacional, traduzindo a vontade de realizar uma educação de qualidade. O município tem um histórico de conquistas na área da educação por meio da participação democrática da população. O objetivo do plano é o de continuar garantindo de forma crescente, a participação de todos os segmentos nas decisões políticas para a Educação em Igaporã. No entanto, a participação democrática está garantida quando os envolvidos tomarem consciência da corresponsabilidade na defesa dos interesses públicos. Neste contexto, estão inseridas as Diretrizes que nortearão a Gestão Democrática tendo a finalidade de promover e ampliar a participação dos segmentos à política de descentralização, promovendo autonomia pedagógica, administrativa e financeira, das Unidades Escolares, conforme preconiza a Legislação educacional vigente.
(Professora 3, relato escrito, 2023)*

Claro que sim. Se não tivesse, os municípios andariam com os seus “próprios pés, a seus interesses” e com ele essas leis tem que serem

seguidas e alcançadas, seguindo até mesmo datas para a sua concretização.

(Professora 4, relato escrito, 2023)

Sim. O PME é uma ferramenta que orienta os destinos da educação municipal, como metas e ações para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, busca de recurso financeiro, aumento do número de alunos, valorização dos profissionais da educação, entre outros.

(Professor 6, relato escrito, 2023)

Sim. O PME é um instrumento norteador das políticas públicas no município, onde ele define os objetivos, diretrizes e os rumos da educação no município. Ele também contém reflexões, de intenções e de ações que respondam a demandas reais da educação no município, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo.

(Professora 7, relato escrito, 2023)

Sim. Pois, tem força de lei, se tem força de lei a política de valorização do professor é baseada nele.

(Professora 8, relato escrito, 2023)

Observa-se pelos relatos dos professores que a participação democrática da sociedade é um fator importante na elaboração do PME de Igaporã. Esse fator contribui para as reivindicações da sociedade em busca de melhorias para a educação.

Contudo, o professor 1 destaca que o PME de Igaporã, apesar da sua importância, não é seguido como deveria. Esse relato demonstra que ainda há muitas metas a serem cumpridas, as quais exigem do gestor local juntamente com a Secretaria Municipal de Educação medidas que possam contribuir para que essas metas e estratégias do PME sejam cumpridas.

Os docentes também relatam que o PME é importante para a educação municipal, uma vez que a população de um modo geral, ou seja, pais, professores, alunos, entre outros, participam na construção do PME e lutam na busca por uma educação melhor. Dessa forma, o município obtém conquistas por meio da participação do povo na construção de políticas públicas educacionais.

Com isso, o PME, através das metas e ações, procura melhorar a qualidade do ensino municipal na busca de recursos financeiros para investimentos na educação, por meio das estratégias para valorização docente, entre outros. Por outro lado, sem o documento municipal norteador das políticas públicas educacionais, o município estaria movido a seus próprios interesses e poderia não ter um olhar mais humanizado à qualidade da educação municipal. Sobre esse aspecto, Bordignon afirma:

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e

diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas ao saber das circunstâncias de cada Governo. (2009, p 92)

Percebe-se pela afirmação de Bordignon que o Plano Municipal de Educação contribui para a cidadania, ou seja, a participação democrática da população municipal na elaboração desse documento educacional municipal em que são implementadas políticas públicas educacionais tendo em vista o foco no contexto municipal.

Por fim, o autor complementa que sem esse plano, o município depende da boa vontade de seus gestores para atender as necessidades da educação e cada governo age de acordo os seus objetivos. Resumindo: sem o Plano Municipal de Educação, o governo local não está totalmente obrigado a seguir as regras desse documento e agir por interesses próprios, muitas vezes desvalorizando a educação do município.

4.2 Valorização docente sob o olhar dos professores do município de Igaporã

Os dados apresentados no capítulo anterior refletem o que os documentos específicos da área da educação abordam sobre a valorização docente. Este capítulo, como exposto no primeiro tópico, discorre em poucas linhas sobre o PME de Igaporã, documento educacional específico do município que se baseia no plano maior, o Plano Nacional de Educação. Enquanto o Plano Nacional de Educação está voltado ao Brasil como todo, o Plano Municipal de Educação de Igaporã está focado apenas no município e tem como propósito atingir os mesmos objetivos e metas do documento maior.

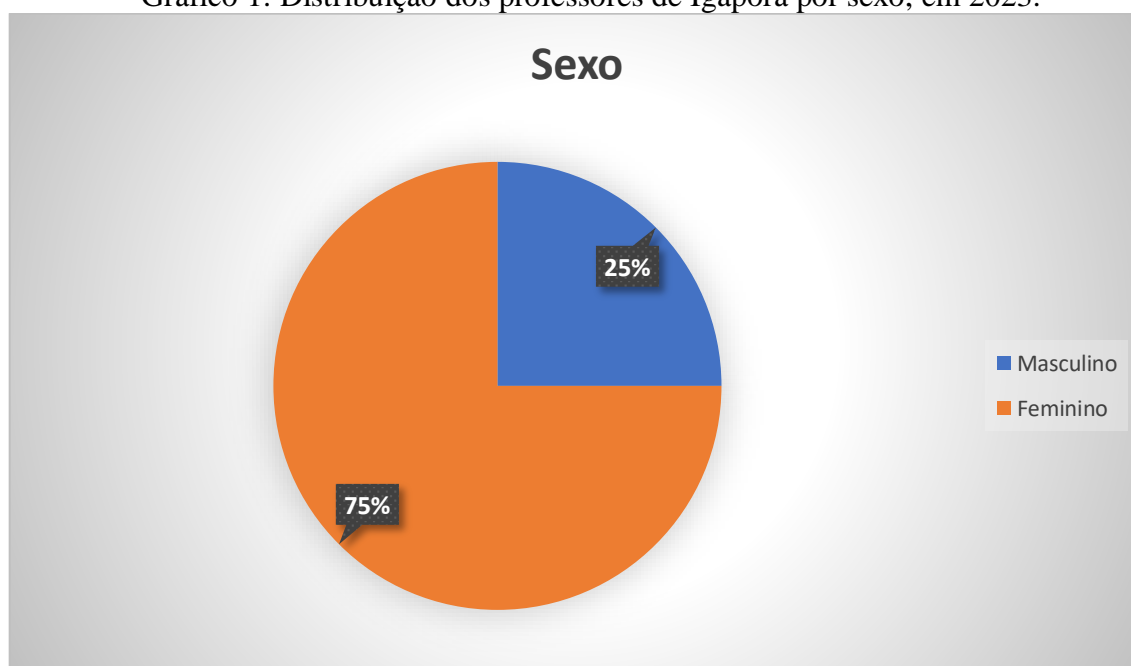
Este segundo tópico traz informações importantes obtidas por meio de questionário on-line, o qual os professores do município de Igaporã confrontam o que está instituído pelas leis educacionais com o que é praticado em território igaporaense no que diz respeito aos aspectos da valorização docente.

4.2.1 Perfil docente

Neste subtópico será apresentado o perfil dos sujeitos que compõem o grupo de docentes do município de Igaporã que fizeram parte desta pesquisa a partir das respostas obtidas através do questionário on-line.

Quanto ao perfil dos participantes da pesquisa, o gráfico 1 demonstra o resultado.

Gráfico 1: Distribuição dos professores de Igaporã por sexo, em 2023.

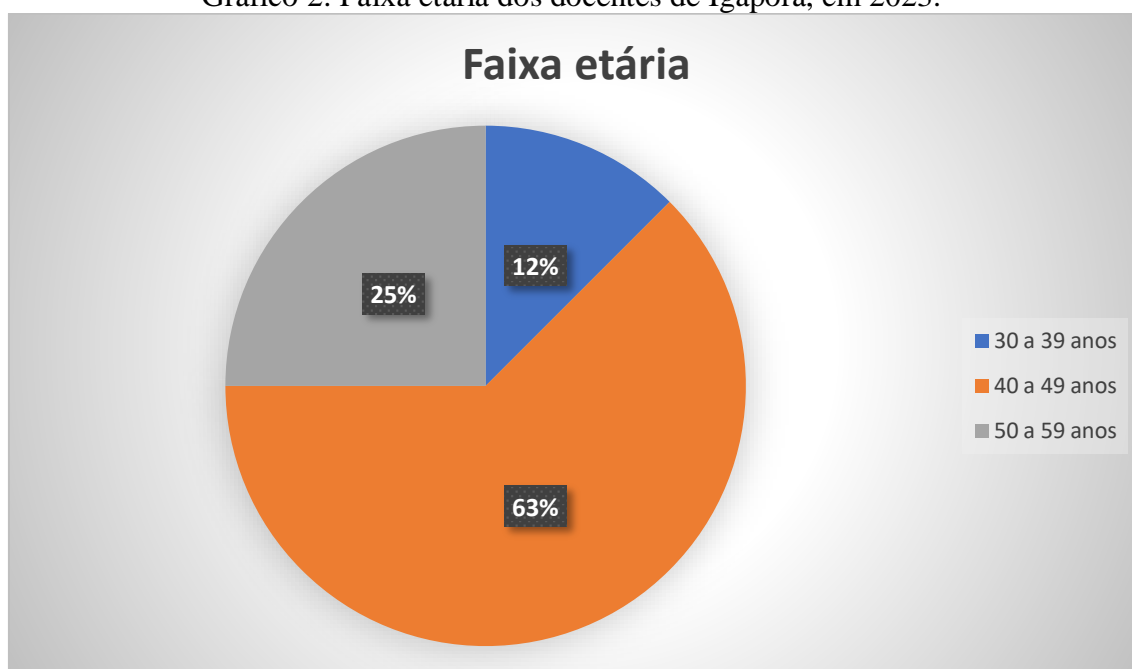


Fonte: Elaboração do autor (2023).

O gráfico 1 apresenta uma proporção elevada de docentes do sexo feminino em Igaporã, com percentual de 75%, ou seja, 6 mulheres para um total de 8 professores respondentes que atuam na educação básica. É perceptível que a realidade de Igaporã reflete a tendência nacional, predominante feminina no magistério, principalmente na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal constatação é referendada por Gatti e Barreto (2009) que sinalizam que grande maioria de docentes do sexo feminino está no ensino fundamental, especialmente nos anos iniciais.

Na análise dos dados referente à idade dos docentes é possível identificar que 12% dos professores, equivalente a 1 respondente tem entre 30 e 39 anos de idade; para a faixa etária entre 40 e 49 anos, foram identificados 5 professores, representando 63% do universo total pesquisado. Em relação à faixa etária de 50 a 59 anos foi detectado um percentual de 25%, ou seja, 2 professoras ocupam esse patamar.

Gráfico 2: Faixa etária dos docentes de Igaporã, em 2023.



Fonte: Elaboração do autor (2023).

O perfil identificado pode ser validado com os estudos de Fernandes e Silva (2012, p. 49) que já apresentavam dados sinalizando “uma tendência ao envelhecimento dos professores no Brasil, com a média de idade atingindo cerca de 40 anos no período entre 2005 e 2009”. Souza e Gouveia (2011, p. 4) também evidenciam uma tendência de envelhecimento dos profissionais do magistério na educação básica do país nos últimos anos, sendo que “Há um envelhecimento significativo dos profissionais da educação básica brasileira, pois enquanto em 1997 a população com mais de 56 anos de idade era de apenas 1,4%, em 2007 este grupo representa 5,2%”.

Ainda como critério para definir o perfil dos professores de Igaporã foi preciso investigar a função exercida pelos docentes no ano de 2023.

Gráfico 3: Função exercida no município, em 2023.



Fonte: Elaboração do autor (2023)

O gráfico 3 demonstra que 87% colaboradores da pesquisa estão em efetivo exercício da docência, ou seja, exercem regência em sala de aula. Destes, 62% são professores das séries iniciais do ensino fundamental, enquanto 25% estão ministrando suas aulas em séries finais do ensino fundamental. Apenas 13%, ou seja, 1 único professor que respondeu ao questionário é professor do município de Igarorã, porém está exercendo outra função: presidente do sindicato dos servidores públicos do referido município.

4.2.2 Formação inicial e continuada

Conforme o PNE e o PME de Igarorã, a meta 15 propõe que os governos da União, do Estado e do município implementem política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior através da área de licenciatura em que atuam.

Para Gatti *et al* (2011) o ponto de referência que tomamos para olhar as políticas de formação inicial de professores é o papel da escola nas sociedades contemporâneas e, em decorrência, o papel dos professores nesse contexto. Estamos assumindo que o papel da escola e dos professores é o de ensinar, ao mesmo tempo formando e propiciando o desenvolvimento de crianças e jovens, uma vez que postulamos que, sem conhecimentos básicos para interpretação do mundo, não há verdadeira condição de formação de valores e de exercício de

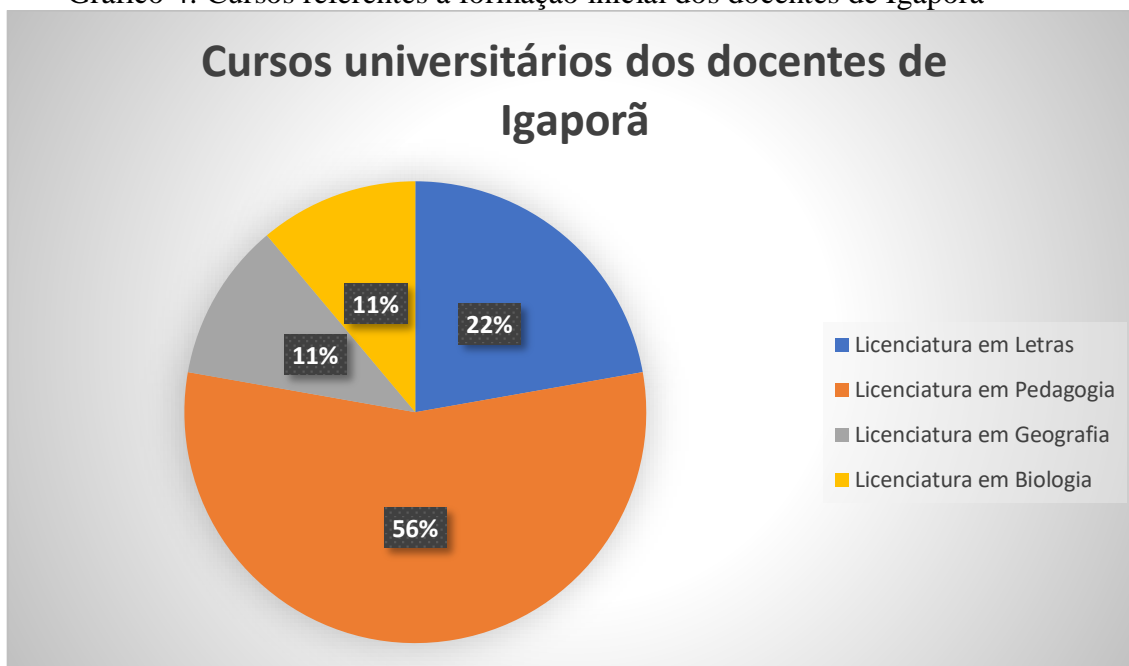
cidadania, com autonomia e responsabilidade social. Nesse sentido, a formação inicial de professores tem importância ímpar, uma vez que cria as bases sobre as quais esse profissional vem a ter condições de exercer a atividade educativa na escola com as crianças e os jovens que aí adentram, como também, as bases de sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização.

Com relação ao espaço de formação docente, Barreto (2012), considerando os avanços legais previstos na Constituição Federal, atentam para a necessidade de a Universidade ser o espaço de formação dos professores da educação básica. Cabe pontuar que no Brasil, nos últimos anos, tem se ampliando o acesso as universidades pelos professores visando à melhoria da educação básica, mas os aspectos da valorização profissional não se limitam e nem se modificam apenas com o acesso e com a titulação dos professores nas instituições de ensino superior, pois, deve se observar os problemas relativos ao modo pelo qual tem ocorrido a expansão dos cursos que formam os docentes. Para as autoras ainda “persistem desequilíbrios históricos na composição dos currículos dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas que respondem pelo preparo profissional dos professores da educação básica” (BARRETO, 2012, p. 179).

Em relação à formação na universidade, Silva (2012) compreende que esse lugar de formação dos professores traz algumas contradições. Tratando-se das licenciaturas e da Pedagogia, estes cursos ainda ocupam um lugar secundário no campo universitário, marcado por uma cultura do bacharelado e de valorização de outros campos científicos, principalmente os formados pelas ciências duras. Entretanto, o campo escolar também é um espaço de produção de conhecimento e produção de saberes importantes na formação docente.

De acordo os dados obtidos na pesquisa, todos os professores de Igaporã possuem um ou mais cursos de licenciatura em alguma área específica. O gráfico a seguir retrata esse aspecto.

Gráfico 4: Cursos referentes à formação inicial dos docentes de Igaporã



Fonte: Elaboração do autor (2023)

O gráfico 4 aponta que 5 dos professores participantes da pesquisa possuem licenciatura em Pedagogia. Com isso, constata-se que a maioria dos professores pesquisados (56%) possuem esse tipo de formação. Isso evidencia que, com relação ao gráfico 3, essa relação entre ensino fundamental das séries iniciais com o curso de Pedagogia, voltado principalmente às primeiras etapas de ensino da educação básica. Quanto aos demais professores, 2 (22%) possuem licenciatura em Letras, 1 (11%) em Biologia e 1 (11%) em Geografia. Vale ressaltar que um dos professores respondentes possui duas licenciaturas: uma em Pedagogia e outra em Geografia.

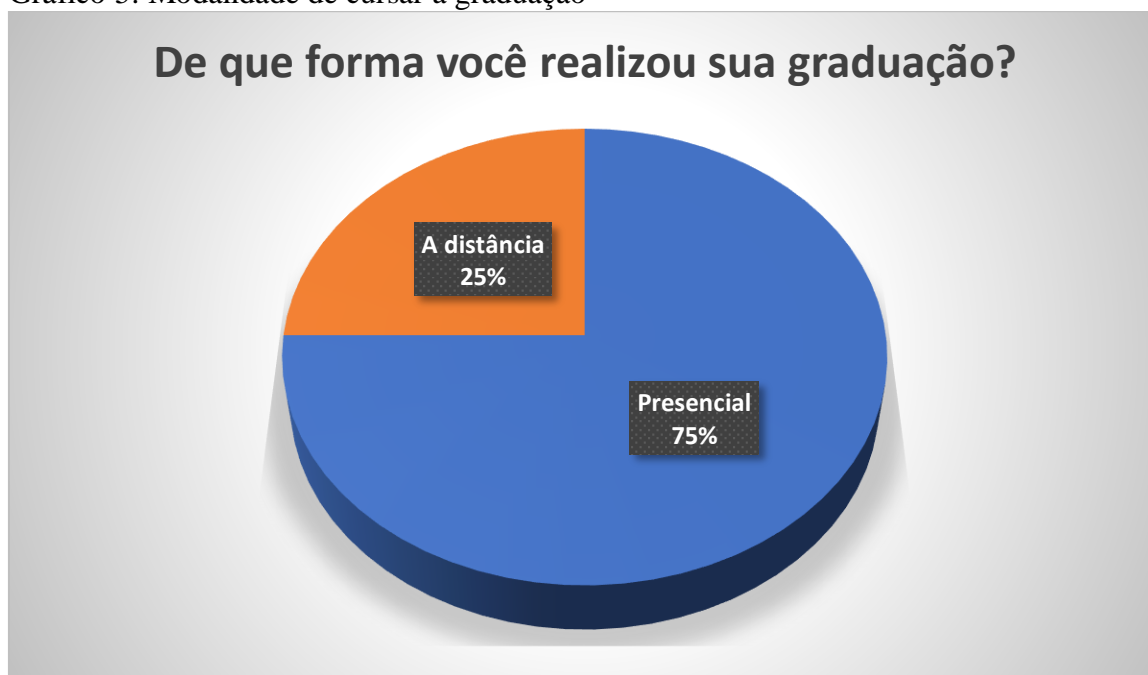
Com isso, é notável que os professores do município de Igaporã têm ampla formação em cursos de licenciatura. Freitas (2012) destaca que o aumento do número de professores graduados da educação básica está relacionado às políticas públicas educacionais implementadas no âmbito da formação de professores para a educação básica no país a partir da década de 1990 que estão em consonância com o modelo de ajustes neoliberais, através de “um conjunto de mudanças no sentido de adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva decorrente das mudanças no mundo do trabalho em curso e à nova configuração do papel do Estado.” (FREITAS, 2012, p. 91)

Em relação à formação, percebe-se pela citação de Freitas, que no decorrer do tempo houve a necessidade de o governo ampliar o número de universidades públicas com cursos

superiores em licenciatura. Diante disso, para se tornar um professor é necessário que o docente seja graduado em algum curso de licenciatura, que por sua vez, tem o intuito de habilitar e qualificar o profissional da educação perante às necessidades de professores nas escolas públicas brasileiras.

Outro aspecto interessante que foi observado nesta pesquisa é que a maioria dos professores investigados fizeram a formação superior em cursos presenciais.

Gráfico 5: Modalidade de cursar a graduação



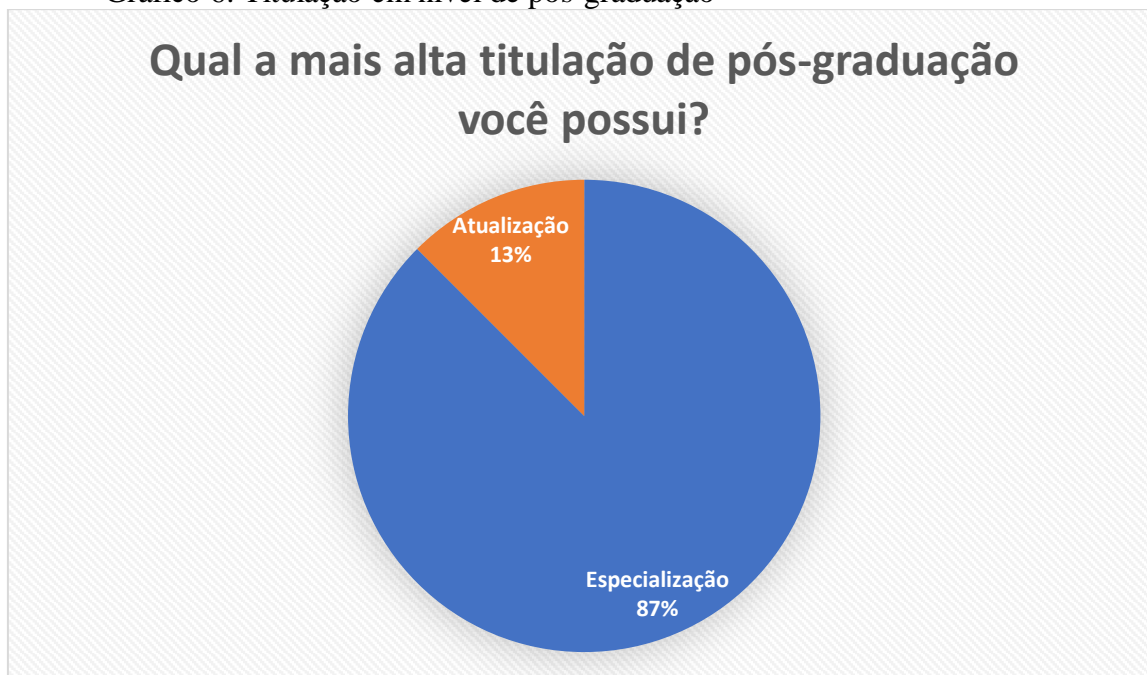
Fonte: Elaboração do autor (2023)

O gráfico 5 revela que entre os professores de Igarorã prevalece o formato presencial de cursar o ensino superior. Suponhamos que a própria UNEB de Caetitê e Guanambi, espaços universitários que oferecem vários cursos de licenciatura de forma presencial e próximo ao município, possa ser a porta de entrada para esses professores. No formato presencial, o percentual de professores que cursam o ensino superior nessa modalidade é de 75%, os demais realizaram sua graduação à distância, representando 25%.

Neste sentido, Maués, Segenreich e Otranto (2015) afirmam ser imprescindível que a formação inicial seja realizada no formato presencial, revelando que para a formação continuada faz-se interessante considerar a possibilidade de ser ofertada na educação à distância, porém nos convida a refletir quanto à qualidade dessas formações, já que dela depende, dentre outras variáveis, que o Brasil tenha uma educação transformadora.

Retornando ao PNE e ao PME de Igaporã, a meta 16 propõe que até 2024, 50% dos professores da educação básica tenham concluído curso de pós-graduação. No gráfico a seguir, apresentamos a realidade no município de Igaporã.

Gráfico 6: Titulação em nível de pós-graduação



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Dos professores pesquisados, 87% responderam possuir alguma pós-graduação lato sensu em nível de especialização com carga horária mínima de 360 horas. Uma única professora representa 13% e tem o curso de atualização profissional como pós-graduação, uma vez que todos os cursos realizados após a graduação se encaixam nesse critério.

É perceptível pela pesquisa que todos os professores investigados possuem algum curso de pós-graduação, e assim cumpre a meta do PNE e PME de Igaporã, porém nenhum dos professores pesquisados possuem pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado e doutorado.

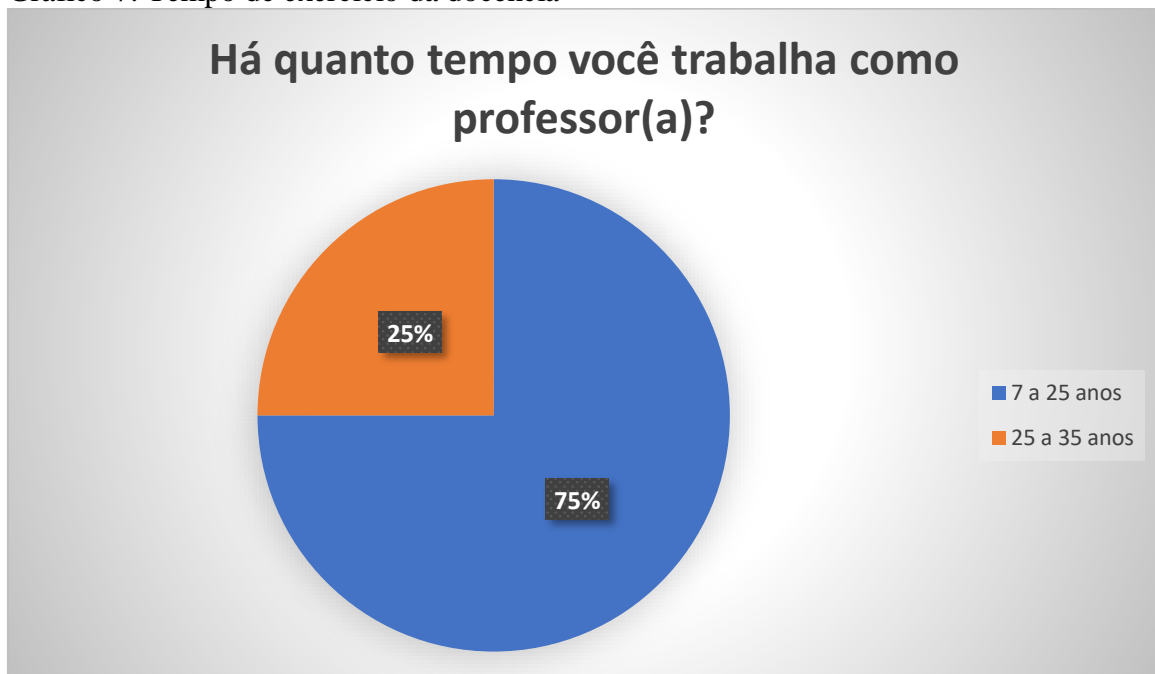
A respeito do exposto, os teóricos Oliveira e Maués (2012) afirmam que o mestrado e o doutorado ainda não são incentivados efetivamente como processo de qualificação e de formação docente, na maioria dos sistemas de ensino, daí o baixo número de docentes com essa titulação.

4.2.3 Carreira e remuneração docente

A carreira docente neste subtópico será apresentada na perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa a partir dos critérios de tempo de exercício da docência, vínculo trabalhista e carga horária semanal total de trabalho.

Em seguida, a remuneração docente será analisada a partir da perspectiva dos professores locais com os seguintes critérios: tempo e local para realização do planejamento das atividades docentes e a definição de remuneração ideal para professores de Igaporã.

Gráfico 7: Tempo de exercício da docência



Fonte: Elaboração do autor (2023)

De acordo às respostas dos professores, a maioria dos docentes, ou seja, 75% responderam que possuem 7 a 25 anos de exercício da docência. Essa fase é denominada por Huberman (1992) como sendo a fase de diversificação, em que os professores mais seguros profissionalmente costumam buscar novos desafios para sair da rotina e ressignificar sua carreira profissional.

Os demais docentes representados pelo percentual de 25%, se enquadram no período de 25 a 35 anos de exercício da docência. Huberman (1992) classifica essa fase como serenidade, marcada pela aceitação de si enquanto profissional.

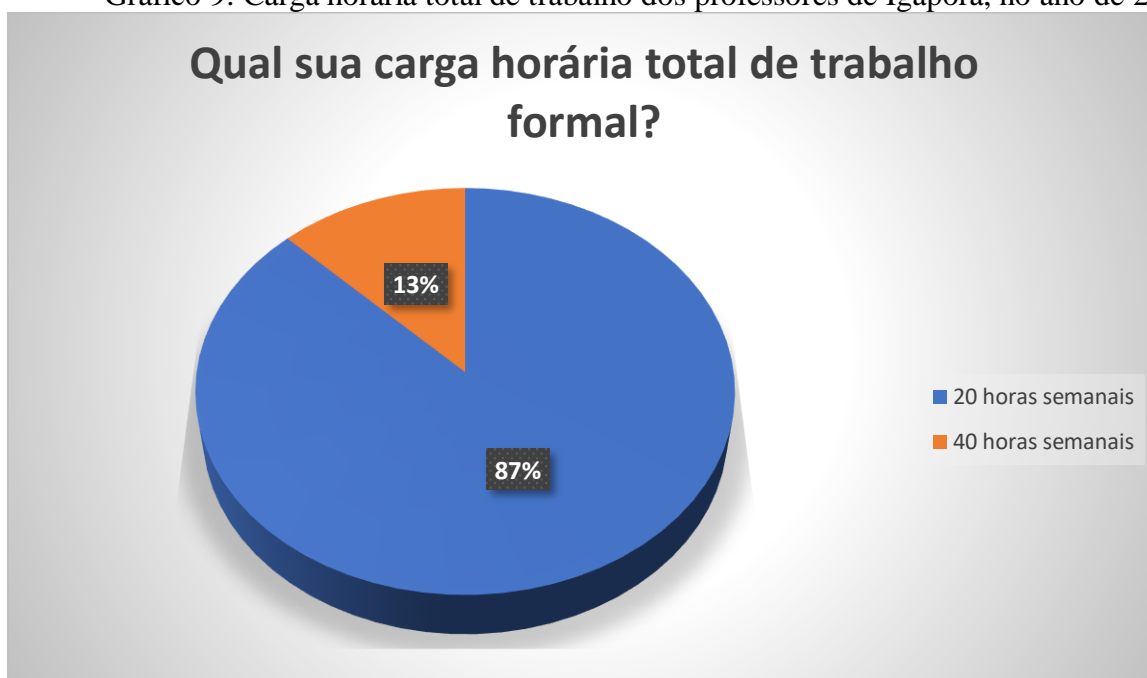
Gráfico 8: Tipo de vínculo trabalhista em Igarorã



Fonte: Elaboração do autor (2023)

O gráfico 8 revela que todos os professores que responderam ao questionário são funcionários públicos concursados. Porém, vale destacar que o município de Igarorã possui tanto professores concursados quanto professores contratados. No entanto, somente professores concursados foram pesquisados conforme vimos no tópico “Sujeitos participantes da pesquisa” do capítulo “Percurso metodológico”.

Gráfico 9: Carga horária total de trabalho dos professores de Igaporã, no ano de 2023.

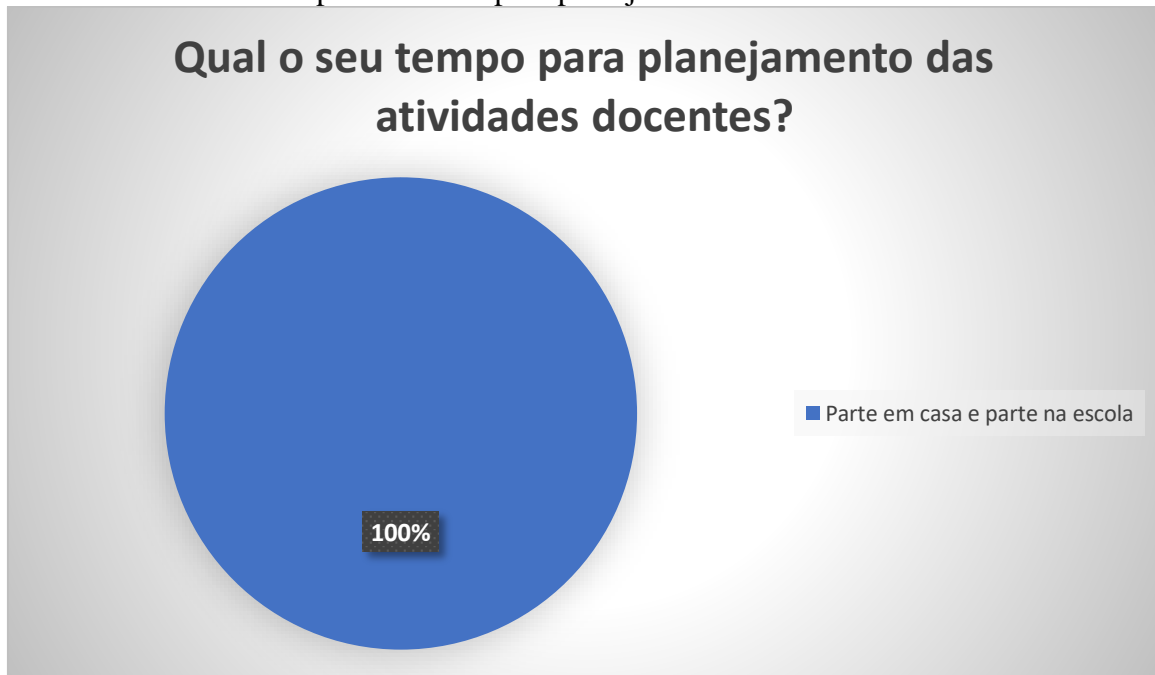


Fonte: Elaboração do autor (2023)

Em relação à jornada de trabalho, o gráfico 9 aponta que 87% dos professores respondentes possuem uma carga horária total de 20 horas semanais. Apenas um professor representa 13% e afirmou que sua carga horária é de 40 horas semanais.

Por meio desses dados, evidencia-se que geralmente os professores concursados de Igaporã prestam concurso público que oferecem apenas 20 horas semanais de carga horária total de trabalho.

Gráfico 10: Tempo individual para planejamento das atividades docentes

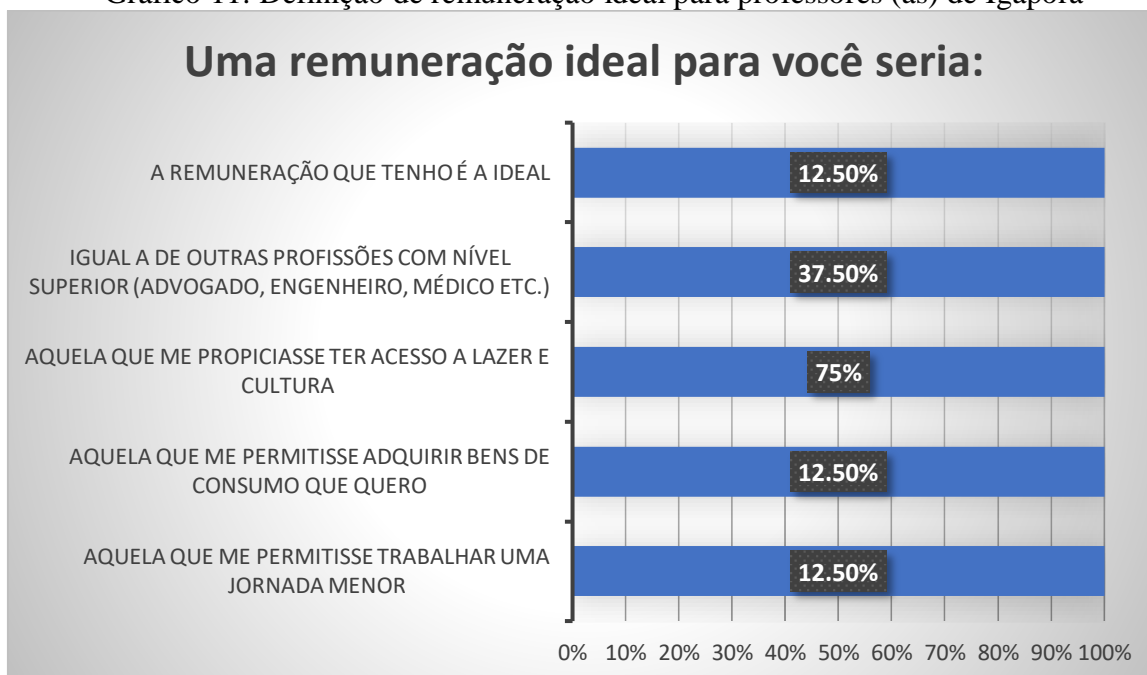


Fonte: Elaboração do autor (2023)

No que diz respeito ao tempo individual dedicado ao planejamento da atividade docente, todos os professores responderam que realizam parte em casa e outra parte na escola.

Sobre esses dados, é importante explicar que o ofício de professor exige um tempo maior de trabalho, pois além da sala de aula, os docentes preparam suas aulas em casa. Além disso, elaboram provas, corrigem provas e trabalhos, entre outras inúmeras tarefas. Esses fatores devem contribuir e servir para que o professor seja mais valorizado em sua remuneração e com uma jornada de trabalho menor adequada às suas necessidades e condições de trabalho.

Gráfico 11: Definição de remuneração ideal para professores (as) de Igaporã



Fonte: Elaboração do autor (2023)

No gráfico 11 são apresentadas as respostas dos professores municipais de Igaporã quanto às categorias consideradas pelo menos como uma remuneração ideal. Tais categorias aparecem com os percentuais a seguir especificados: Aquela que me propiciasse ter acesso a lazer e cultura, apresentando percentual de 75%. Já a opção denominada como sendo aquela igual a de outras opções com nível superior (advogado, engenheiro, médico, etc.) é apontada com 37,5% pontos percentuais. No caso da opção que representa que a remuneração ideal seria aquela que permitisse ao professor trabalhar uma jornada menor corresponde a 12,5%.

Têm-se ainda as opções que indagam ao docente se a remuneração ideal seria aquela que permitissem aos professores adquirir os bens de consumo que desejassem ou se a sua remuneração é a ideal, as quais aparecem também como alternativa de resposta para 12,5% dos professores pesquisados.

Percebe-se pela análise que a maior inquietação dos professores é em relação ao lazer e a cultura, denotando que a remuneração dos professores não permite que eles tenham acesso ao lazer e a cultura como necessitam.

Outra inquietação dos professores respondentes do estudo refere-se à diferença na remuneração recebida em relação aos demais profissionais com o mesmo nível de formação. Esses dados refletem a realidade da profissão docente no país, pois os professores recebem uma remuneração inferior aos demais profissionais com o mesmo grau de escolaridade. Sendo assim,

a meta 17 do PNE e PME de Igaporã estabelece que até 6 anos após a implementação dos referidos documentos educacionais, o salário dos professores seja equiparado ao salário dos demais profissionais com escolaridade equivalente. No entanto, até o momento, o salário dos professores é inferior ao salário das demais profissões tanto em Igaporã quanto no território nacional, portanto a meta 17 ainda não foi cumprida.

Sobre o aspecto da remuneração como fator de valorização docente, Gatti *et al* (2011) afirma que não se pode desconsiderar, por um lado, os limites orçamentários públicos quanto ao montante de verbas destinadas à educação e, por outro lado, a lei de responsabilidade fiscal que também impõe limites ao gasto com pessoal. No entanto, o país, em seu desenvolvimento democrático e econômico, não pode deixar à deriva ou em segundo plano o papel dos professores na formação de seus cidadãos, formação que é condição para seu desenvolvimento social, econômico e cultural. Buscar fontes de novos recursos para a educação escolar pública e atribuir salários condignos aos professores da educação básica é, hoje, urgente. O que se tem defendido é que haveria necessidade de se destinar percentual maior do Produto Interno Bruto (PIB) nacional para essa área, considerando a importância da educação para todos os aspectos da vida social: saúde, trabalho, exercício da cidadania, cuidados financeiros, planejamento de vida, enfim, sustentabilidade de uma existência digna em uma nação respeitável. Nesse sentido, seria importante fazer uma convergência de recursos para a educação pública, garantindo a parte de seu emprego na melhoria da remuneração dos professores, com gestão e monitoramentos bem conduzidos.

4.2.4 Condições de trabalho e saúde

As discussões em relação às condições de trabalho e saúde são primordiais porque analisa-se como se encontra os profissionais da educação nessa situação. Essa discussão se integra à valorização, pois quando se visa propor maneiras de valorizar o professor, é preciso que ele tenha condições dignas de trabalho e saúde para não ser prejudicado em sua integridade física e mental.

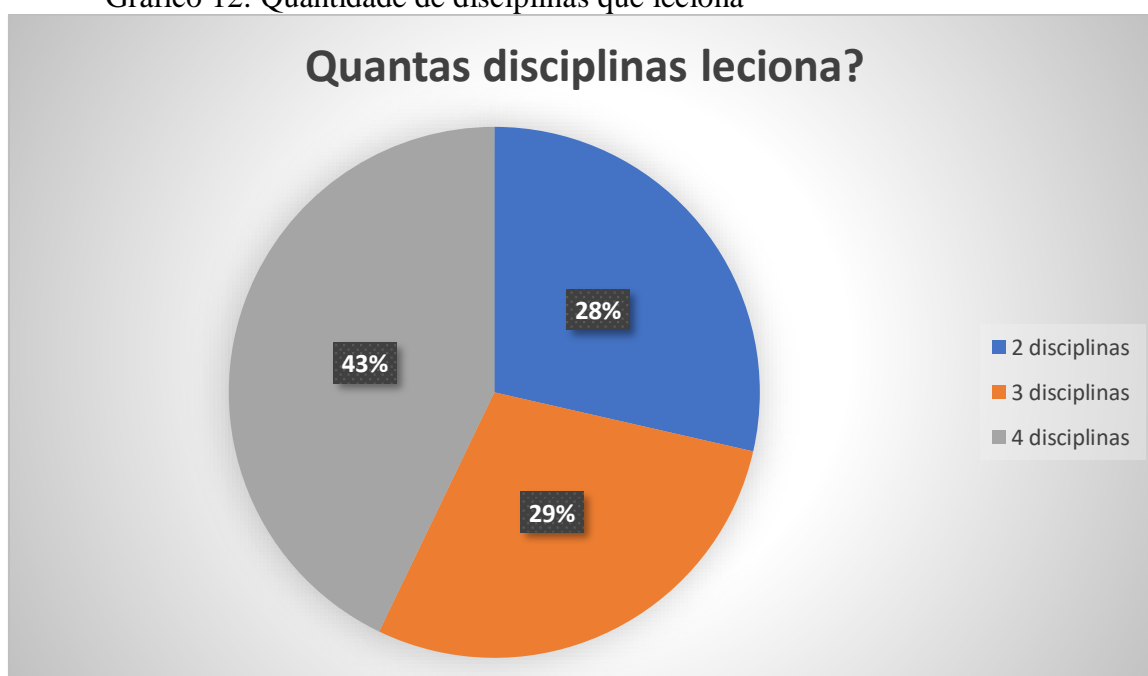
Para Gatti *et al* (2011) a qualidade da oferta educativa, por sua vez, tem como um de seus elementos-chave, professores bem formados e valorizados. A construção de sistemas educativos de qualidade, equitativos e inclusivos passa, necessariamente, pela efetivação de políticas docentes que promovam atratividade à carreira, formação inicial e continuada

consistente, reconhecimento e possibilidade de desenvolvimento profissional, remuneração e condições de trabalho adequadas.

Os aspectos que serão discutidos neste subtópico relacionam-se com a quantidade de disciplinas que os professores lecionam, quantidade de turmas em que lecionam, quantidade de escolas em que os professores investigados trabalham.

Serão apresentadas ainda as condições de saúde dos docentes a partir da perspectiva dos sujeitos respondentes sob a ótica dos problemas de saúde, qualidade de vida na profissão docente, condições de saúde na profissão, percepção da jornada de trabalho e qualidade de vida na aposentadoria.

Gráfico 12: Quantidade de disciplinas que leciona



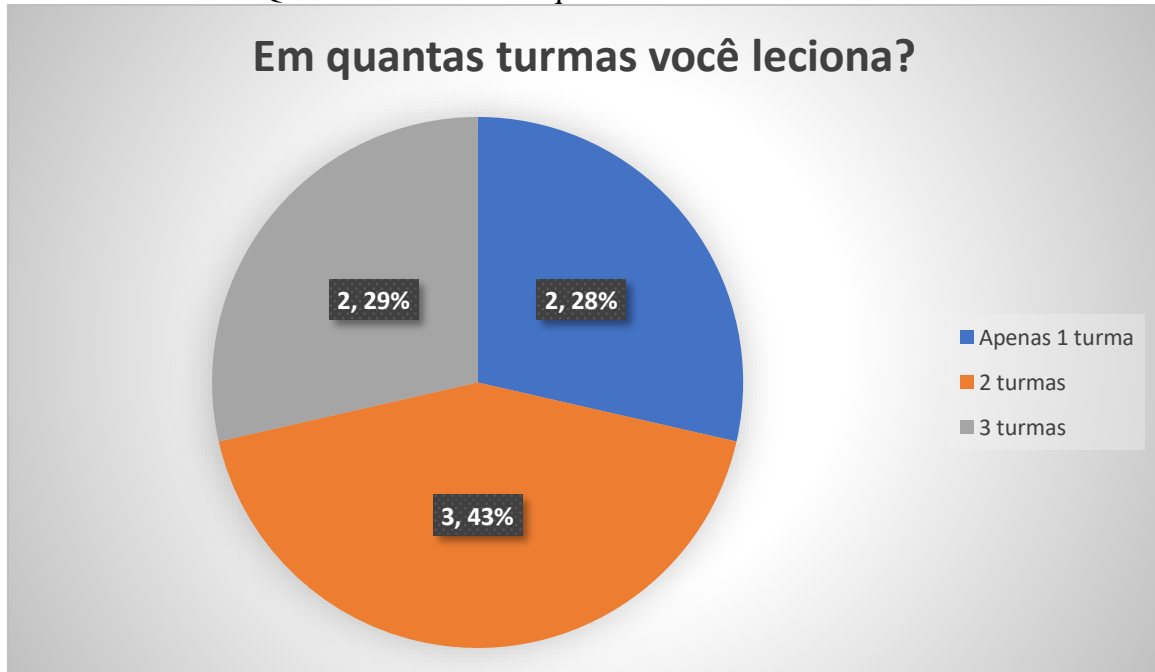
Fonte: Elaboração do autor (2023)

Em relação à quantidade de disciplinas que leciona, ganham destaque os docentes que lecionam 4 disciplinas, com 43%. Em seguida, vêm os docentes que lecionam 3 disciplinas com 29% e por último os docentes que lecionam apenas 2 disciplinas com 28%.

Esses dados evidenciam que a maioria dos docentes lecionam várias disciplinas por trabalhar em turmas dos primeiros anos do ensino fundamental, período de estudo, o qual os docentes podem trabalhar várias disciplinas para uma ou mais turmas. Esse fator contribui para a falta de qualidade no trabalho docente, pois o professor formado em determinado curso superior de licenciatura específico tem a possibilidade de ser designado no ofício de seu

trabalho a lecionar outras disciplinas que não estão dentro da sua área e, portanto, se ele não tiver domínio dessas disciplinas isso comprometerá a qualidade do trabalho do professor e o ensino no geral. Além disso, quando o professor é sujeito a lecionar várias disciplinas, ele precisa ter um tempo maior para planejamento de suas aulas, pelo contrário será prejudicado diante de todas as demandas que são impostas aos docentes.

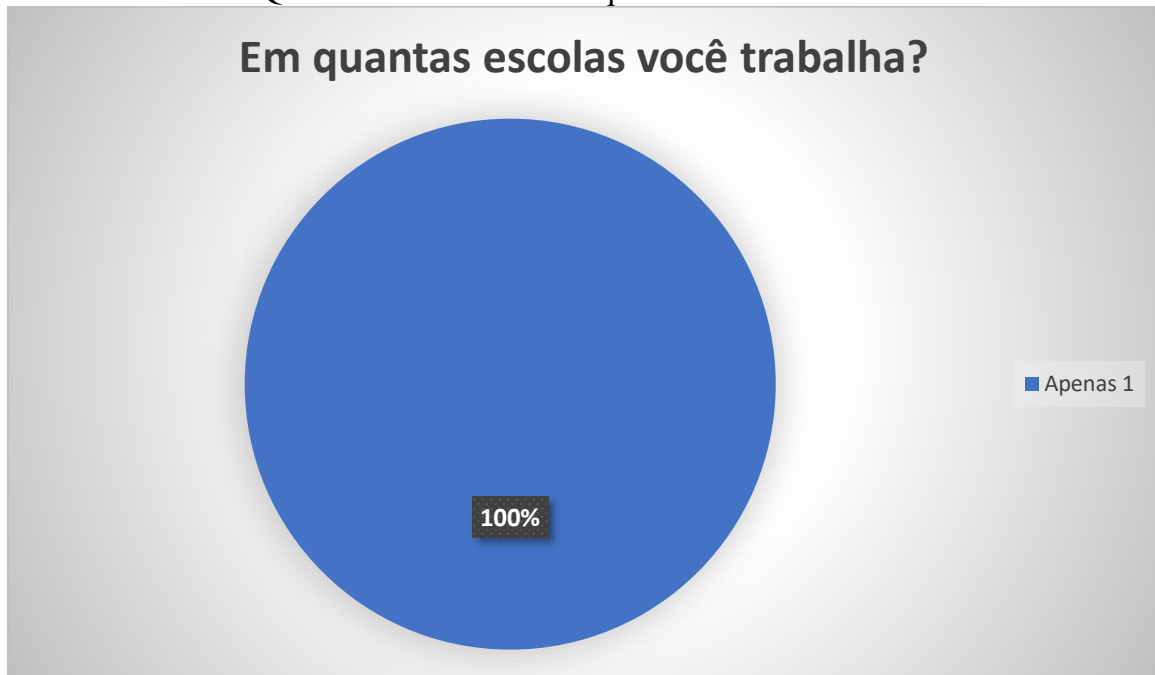
Gráfico 13: Quantidade de turmas que leciona



Fonte: Elaboração do autor (2023)

No que se refere à quantidade de turmas que os docentes lecionam, 43% apontaram lecionar em 2 turmas; 29% disseram que lecionam em 3 turmas e 28% relataram lecionar em apenas 1 turma.

Gráfico 14: Quantidade de escolas em que trabalha

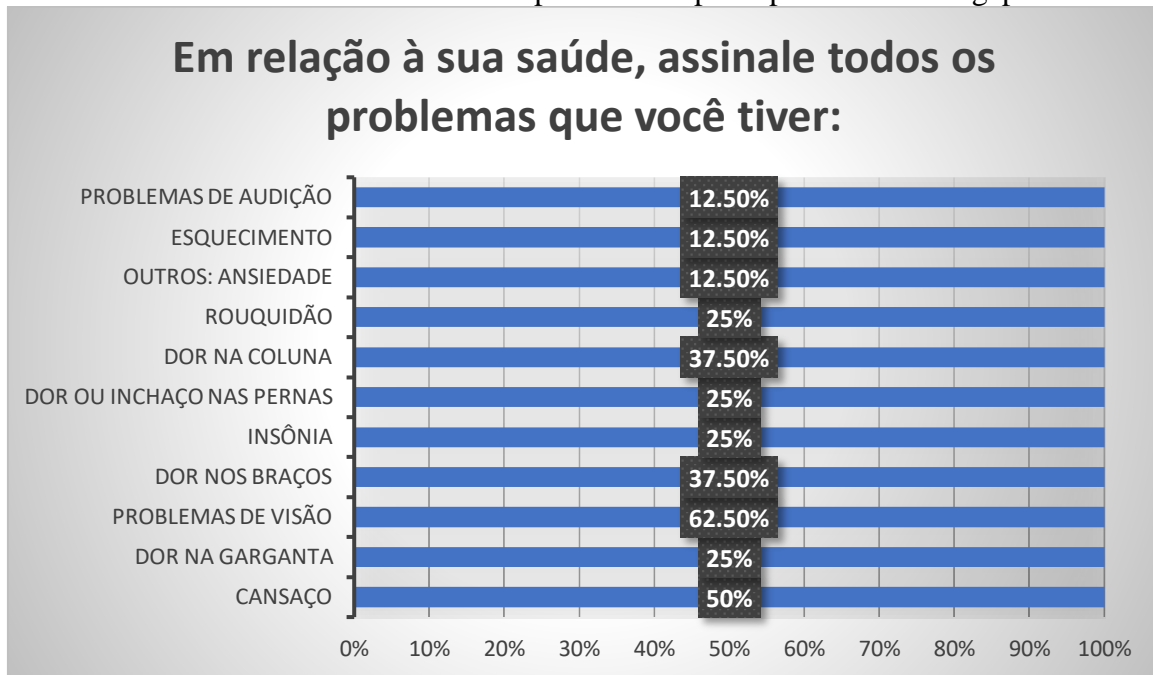


Fonte: Elaboração do autor (2023)

Em se tratando do total de escolas em que o profissional docente trabalha em Igaporã, vale destacar que todos os docentes pesquisados relataram lecionar em apenas 1 escola. Supõe-se que devido à carga horária ser de apenas 20 horas semanais da grande maioria dos professores, é normal que eles estejam inseridos em apenas 1 escola.

O gráfico 15 trata das condições de saúde docente sob a ótica dos sujeitos, analisando o que tem sido praticado no município de Igaporã para a composição da valorização docente. Para tanto, as questões enumeraram recorrentes queixas sinalizadas pelos professores e estes puderam escolher mais de uma alternativa. A escolha foi feita de acordo com os problemas de saúde percebidos pelos respondentes no ano de 2023.

Gráfico 15: Problemas de saúde apresentados pelos professores de Igaporã em 2023

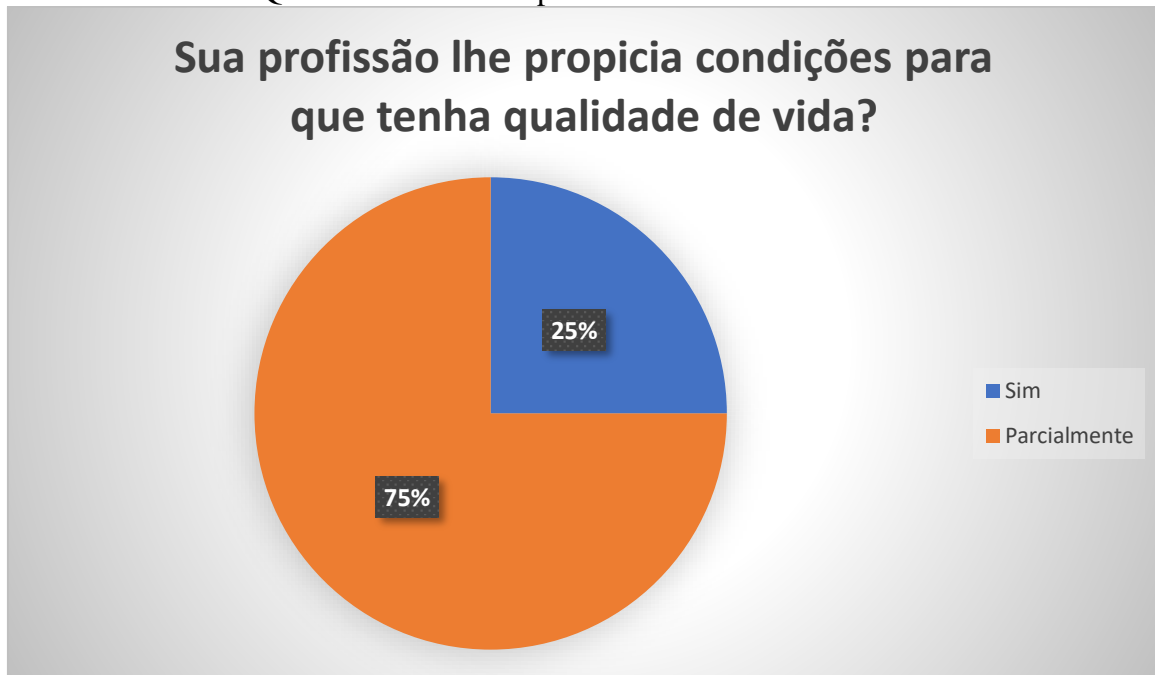


Fonte: Elaboração do autor (2023)

A leitura do gráfico demonstra que os problemas mais recorrentes foram problemas de visão, cansaço, dor nos braços e dor na coluna. Desta forma, isto permite inferir que cansaço excessivo aliado aos demais problemas físicos relatados pelos professores participantes deste estudo são fatores comprometedores à saúde destes trabalhadores e podem desencadear outras doenças de ordem física, emocional e mental devido à elevada exigência no trabalho.

Tal situação é característica peculiar à docência, pois a alta demanda, as múltiplas exigências, a dita flexibilidade, que impõe uma busca constante pelo alcance de metas, fazendo com que alta sobrecarga esteja presente no âmbito do desempenho do trabalho real do professor. Por um lado, tem a visão e cobrança do empregador (reuniões com pais e coordenação, preparação de avaliações e aulas) e do outro a do próprio professor (busca pelo saber, capacitações, titulações, falta de tempo para o lazer, dentre outros) (FREITAS, 2013).

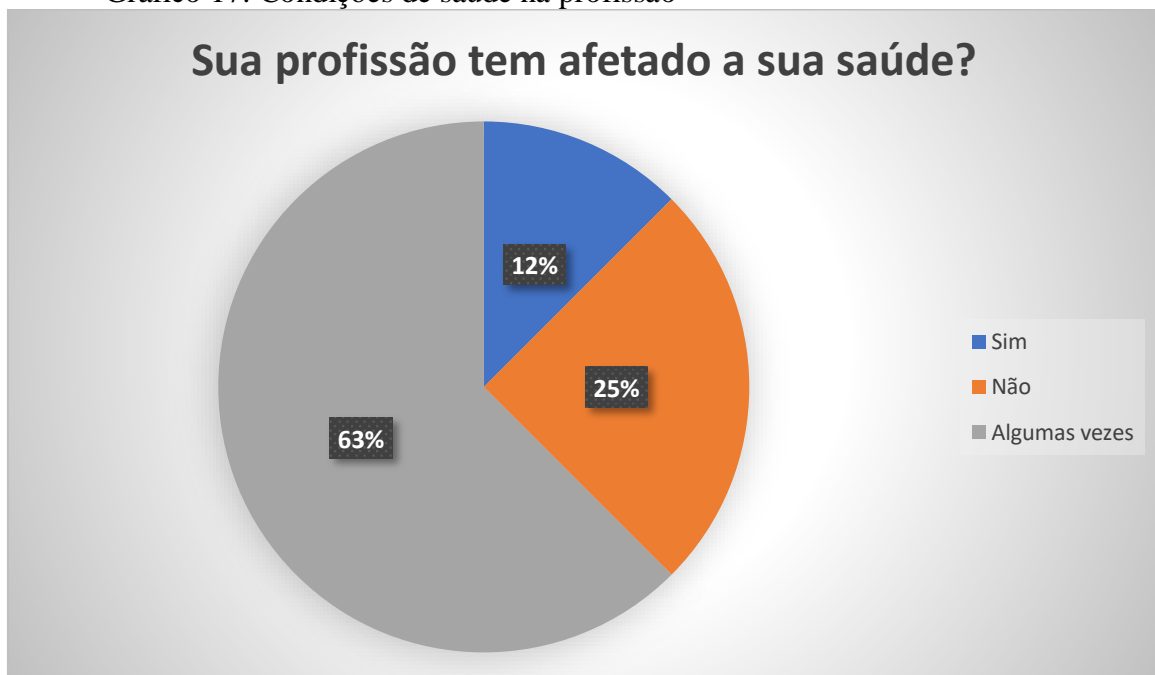
Gráfico 16: Qualidade de vida na profissão docente



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Quando se pergunta se a profissão docente lhe propicia qualidade de vida, a maior resposta se associa ao parcialmente representando 75% das respostas. Somente 25% disseram que sua profissão lhe propicia qualidade de vida.

Gráfico 17: Condições de saúde na profissão

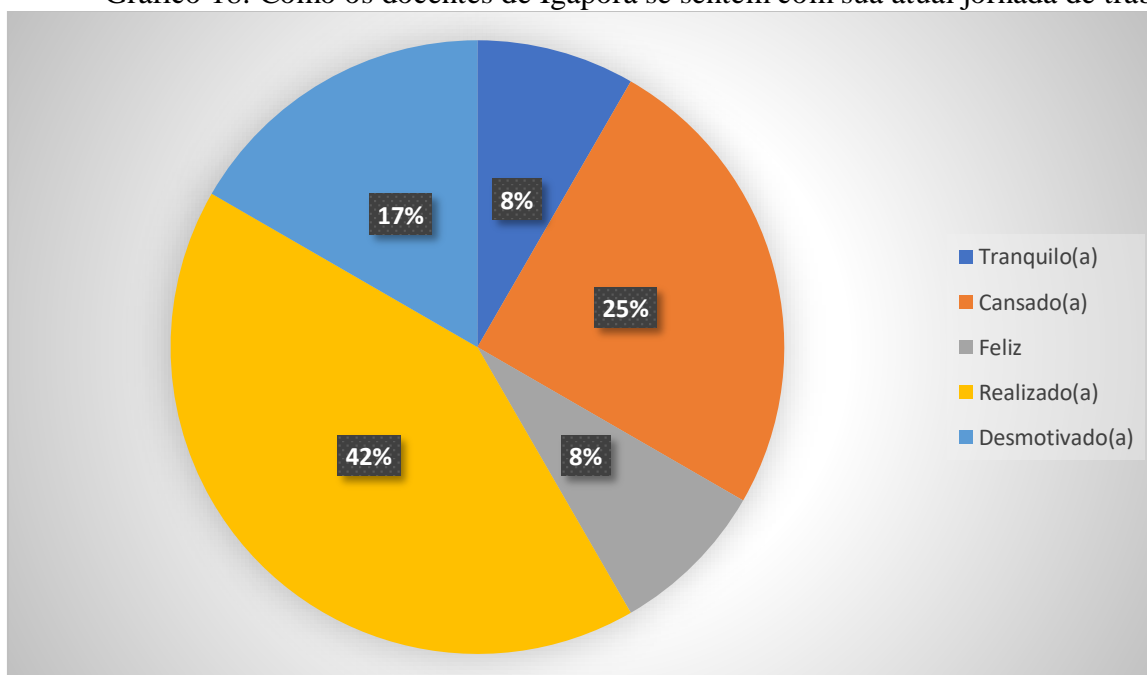


Fonte: Elaboração do autor (2023)

Destaca-se com os dados do gráfico 17 que no município de Igaporã, o número de professores que em algum momento de sua vida estiveram doentes devido à profissão é alto representando 75% dos professores respondentes. Esse dado busca retratar um aspecto importante para a valorização do professor, que é pensar políticas de saúde para esse profissional, pois o docente está sujeito às altas demandas que sua profissão exige, por exemplo, inúmeras atividades e provas para elaborar e corrigir, lidar com turmas indisciplinadas, seu período de trabalho vai além da sala de aula, principalmente no planejamento das aulas, uma vez que há necessidade de um tempo maior de trabalho.

Esses fatores citados, além de outros, podem desencadear desgaste físico e mental colocando a saúde do professor em risco. Nesse sentido, é preciso que políticas públicas de saúde ao profissional docente sejam implementadas para que sua carga horária seja reduzida e equivalente às suas necessidades, entre outras coisas, para garantir um trabalho de qualidade sem ou com menos desgaste físico, mental e emocional.

Gráfico 18: Como os docentes de Igaporã se sentem com sua atual jornada de trabalho



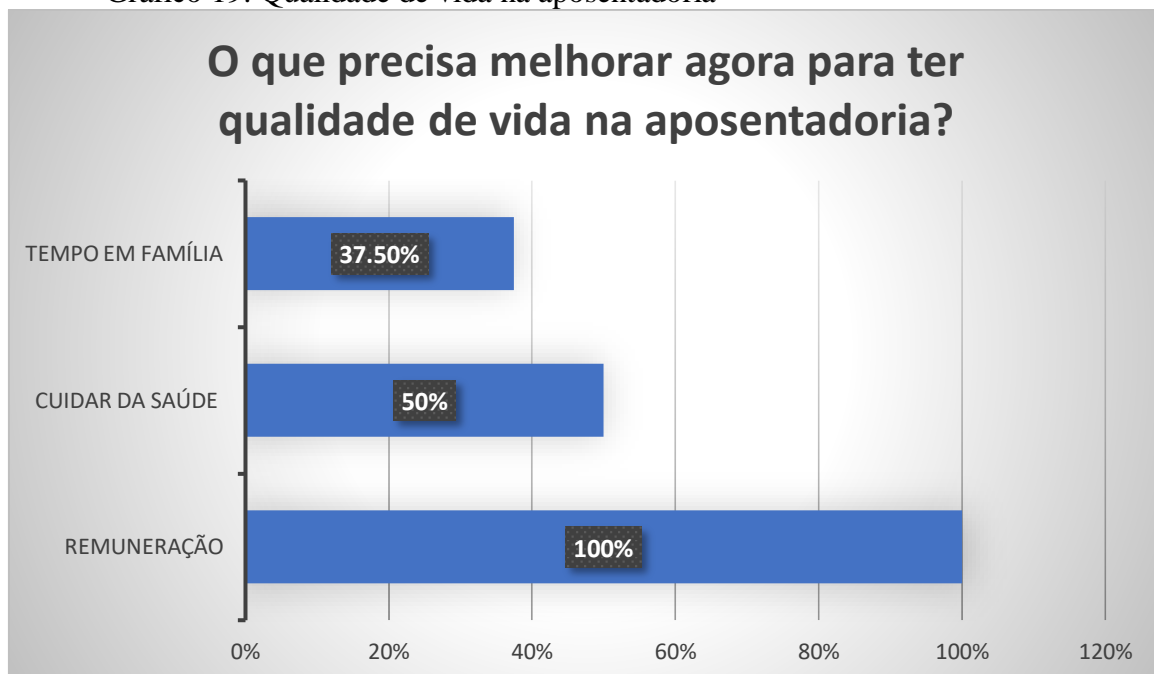
Fonte: Elaboração do autor (2023)

No município de Igaporã, onde a grande maioria dos professores pesquisados tem uma jornada de 20 horas de trabalho, 58% responderam positivamente em relação à sua jornada de trabalho, sendo que 42% disseram sentir realizado (a), 8% se sentindo feliz e 8% se sentido

tranquilo (a). Os motivos mais citados foram ter amor à profissão. É importante lembrar também que a carga horária de apenas 20 horas é pequena.

Porém, apesar disso, alguns professores relataram se sentir cansados com 25% pontos percentuais e 17% disseram se sentir desmotivados, equivalendo a um total de 42% de professores que responderam negativamente com relação à sua jornada de trabalho. Com isso, apesar da carga horária do professor ser de apenas 20 horas, é possível inferir que as altas demandas já discutidas a respeito do que se espera do professor em sala de aula e fora dela causa um desgaste físico e emocional nos docentes, os quais muitas vezes se sentem pressionados com o grau de exigência de seu trabalho.

Gráfico 19: Qualidade de vida na aposentadoria



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Em relação à qualidade de vida na aposentadoria, os professores puderam escolher mais de uma opção. As opções mais escolhidas pelos professores foram: 100% disseram que precisa melhorar a remuneração na aposentadoria para ter qualidade de vida, 50% relataram que precisam cuidar da saúde e 37,5% relataram que precisam ter tempo em família.

Percebe-se que todos os professores pesquisados relataram que precisam melhorar a remuneração na aposentadoria. Uma das docentes pesquisadas afirma que na aposentadoria a remuneração costuma ser menor, o que demanda uma discussão mais aprofundada sobre

políticas públicas educacionais que assegurem ao professor ter um salário justo na aposentadoria.

4.2.5 Valorização

Nos subtópicos anteriores, a discussão foi em torno de elementos que indicam os aspectos da valorização do professor. Dessa forma, foram utilizados gráficos para trazer as informações necessárias ao leitor por meio das questões objetivas, do questionário.

Neste último subtópico, a intenção é abordar a valorização docente de uma forma geral, trazendo dois gráficos relacionados ao tema e às questões subjetivas que diz respeito à opinião dos docentes igaporaenses sobre os aspectos da valorização docente no contexto da profissão.

Monlevade (2000, p.08), destaca os aspectos fundamentais que norteiam a valorização docente a partir dos seguintes pontos: remuneração, carreira e formação inicial e continuada.

Formação inicial e continuada: desde o normal do nível médio e as licenciaturas específicas, até o doutorado, incluindo as iniciativas de reciclagem permanente a cada novo desafio para os profissionais e a cada novo avanço do conhecimento pedagógico.

Piso salarial profissional: um patamar de remuneração referenciado a um valor suficiente para que o professor tenha satisfeito suas necessidades pessoais e familiares de subsistência e de desenvolvimento profissional com um só vínculo de trabalho. Para tanto, ele precisa dedicar-se integralmente a uma só escola, estar identificado com seu projeto-político pedagógico e, acima de tudo, ter um tempo substancial para o preparo de suas aulas, para as discussões coletivas com os educadores e pais, para a avaliação contínua da produção dos alunos.

Carreira com progressão constante e compensadora: o professor bem formado, competente e comprometido será sempre disputado pela procura do mercado de trabalho. (p.8).

Embora as políticas públicas educacionais visem à valorização docente como é instituída na legislação educacional em todos os seus aspectos, os docentes do município de Igaporã que responderam ao questionário, apontam que há em parte uma valorização. Por outro lado, eles enfatizam que precisa melhorar esses aspectos para que haja valorização. Quando questionados se nos últimos anos vem ocorrendo uma valorização dos profissionais da educação, os professores pesquisados responderam

Valorização devido ao implemento do piso nacional.

(Professor 1, relato escrito, 2023)

Sim, espero que com o passar do tempo as coisas venham melhorar cada vez mais. Olhando pelo financeiro, após o reajuste do piso nacional do Magistério, Igaporã paga um salário satisfatório. O ideal seria essa valorização em todos os sentidos: pela Secretaria de Educação, pelas famílias e pela sociedade escolar de forma geral. Devido a importância do seu papel na construção de um país melhor.
(Professora 2, relato escrito, 2023)

Sim. Ainda não é a valorização ideal, no entanto, nos últimos anos tem ocorrido o reajuste do piso nacional de forma satisfatória. Sabemos que ainda há muito para ser melhorado não apenas em termo salarial, mas também nas condições de trabalho, na sala de aula, suporte pedagógico e psicológico e materiais didáticos.
(Professora 3, relato escrito, 2023)

Sim. Já temos o nosso plano de carreira e um sindicato atuante.
(Professora 4, relato escrito, 2023)

Eu como professor sinto que merecemos mais valorização, não somente no ato salarial mas também no emocional.
(Professora 5, relato escrito, 2023)

Se comparamos com décadas atrás, podemos até considerar uma pequena valorização, porém, diante das dificuldades e da importância da nossa profissão, ainda precisa uma valorização mais condizente com a nossa função socioeconômica.
(Professor 6, relato escrito, 2023)

Em parte sim, alguns fatores estão melhorando, tais como: remuneração adequada, criação do plano de carreira, garantia de condições adequadas de trabalho, como por exemplo as 13 horas/aulas, reconhecimento social da profissão, entre outros. Mas tem muito a melhorar ainda, pois nos dias de hoje estamos trabalhando com muitas crianças apáticas sem ter formação na área.
(Professora 7, relato escrito, 2023)

Sim. Vem ocorrendo por força de lei a valorização dos profissionais de educação, aja vista que é uma política federal que isso ocorra com sucesso.
(Professora 8, relato escrito, 2023)

Diante dos relatos dos docentes igaporaenses, é perceptível que a maioria apresenta uma melhora na valorização docente, devido à recente implementação do piso salarial nacional destinado aos profissionais de educação, além disso, uma das docentes relata que a valorização hoje é um pouco maior se comparar há décadas.

Contudo, os professores demonstram nos relatos seus anseios, pois almejam reconhecimento por parte da Secretaria Municipal de Educação e da sociedade, uma melhor remuneração, melhores condições de trabalho, suporte pedagógico e psicológico, oferta de materiais didáticos. Uma das docentes demonstrou-se satisfeita com muitos desses aspectos, mas queixou-se da realidade atual, na qual o professor tem que lidar com crianças apáticas, ou seja, que possuem problemas físicos, psicológicos ou necessidades especiais que podem comprometer a sua aprendizagem e demandar dos docentes uma maior atenção e acompanhamento sem muitas vezes ter formação na área específica.

Sobre os aspectos mencionados pelos professores em seus relatos, Gatti *et al* (2011) afirma que essa grande mobilização sinaliza o desconforto salarial e de carreira, bem como de condições de trabalho, que perpassa esse grupo de profissionais, que, em sua grande maioria, depende do poder público, dos governos de estados e municípios, para a definição de seus salários e carreiras, bem como para a implementação de infraestrutura física às redes de ensino e apoios pedagógicos.

Ao serem questionados como os docentes de Igaporã avaliam o plano de cargo, carreira e remuneração do seu município e de que forma ele tem contribuído para a valorização do profissional docente, os professores relataram:

*Bom plano, porém carece atualização.
(Professor 1, relato escrito, 2023)*

*Bom, O Plano de Carreira do Magistério no Município de Igaporã tem sido nosso maior aliado em defesa dos direitos garantidos na educação.
(Professora 2, relato escrito, 2023)*

*O Plano de Carreira do Magistério do nosso município tem sido o nosso maior suporte na garantia dos nossos direitos. Ainda existe direitos pontuados no Plano que não são garantidos, como a Progressão Horizontal por Classe, mas estamos na luta com o gestor municipal para que em breve possamos usufruir desse direito.
(Professora 3, relato escrito, 2023)*

*De acordo os demais municípios, muito bom.
(Professora 4, relato escrito, 2023)*

*No meu município de Igaporã o salário segue o plano de carreira.
(Professora 5, relato escrito, 2023)*

O plano de carreira e remuneração foi um grande avanço na valorização dos professores, com algumas vantagens conquistadas que antes do plano não tínhamos direitos de receber.

(Professor 6, relato escrito, 2023)

Tem contribuído muito, a nossa remuneração é de acordo o plano de carreira do município, e isso tem valorizado bastante os profissionais da educação.

(Professora 7, relato escrito, 2023)

Como membro do sindicato, vejo como plano razoável pra bom. Visando as realidades da região, o plano contribui para valorizar o professor porque estimula a questão salarial.

(Professora 8, relato escrito, 2023)

Percebe-se que todos os professores se sentem satisfeitos com o plano de cargo, carreira e remuneração de Igaporã, principalmente por garantir o direito desses profissionais, especialmente a remuneração. Vale ressaltar que antes do plano, eles não possuíam esses direitos.

Apesar disso, o Professor 1 relatou que o plano precisa de atualização. Já a Professora 3 relata que um dos direitos do plano que não é garantido é a Progressão Horizontal por Classe, o que implica em lutar com o gestor municipal para que esses direitos sejam garantidos, que o plano seja atualizado oferecendo garantias de melhorias ao professor que sejam cumpridas para que o profissional da educação igaporaense seja integralmente valorizado.

Sobre o plano de cargo, carreira e remuneração, Lança (2017) afirma que o objetivo principal do plano de cargos, carreiras e remuneração dos profissionais que atuam na educação básica é garantir e conceder uma maior organicidade e progressão na sua carreira profissional, sendo um dispositivo legal que regulamenta juridicamente e possui características próprias dessa categoria profissional.

Prosseguindo nas indagações, os docentes igaporaenses relataram sobre o seguinte questionamento: Como você avalia as medidas tomadas pelo governo local sobre a formação, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho?

Interessantes do ponto de vista da valorização.

(Professor 1, relato escrito, 2023)

É algo que ainda precisa melhorar e muito, praticamente trabalhamos com livros, quadro e pincel, as escolas de uma forma geral estão sucateadas, sem tecnologias necessárias, ventiladores, tv, salas de aula arejadas, sala de professores para planejamentos para que se faça um trabalho diferenciado. Muitas vezes cobram demais e oferecem tão pouco.

(Professora 2, relato escrito, 2023)

O governo local tem sido omissivo em assumir algumas responsabilidades em relação a complementação de recursos para aquisição de material didático essencial a escola. A classe organizada através do sindicato já obteve muitas conquistas, a maior delas foi o Plano de Cargo e Salário que tem garantido muitos direitos, mas ainda há muito o que melhorar, principalmente em relação as condições de trabalho, onde exige muito do professor planejar e trabalhar de acordo as novas tecnologias, no entanto, as escolas não possuem suporte e aparelhos que possibilite esse trabalho, se faz necessário muito investimento para aquisição de tv, som, data show e internet.

(Professora 3, relato escrito, 2023)

Como positivas, embora precisam avançar mais em todas citadas, uma vez que a educação é a base para o desenvolvimento de uma sociedade com menos desigualdades sociais. A educação deveria ser projeto de nação.

(Professor 6, relato escrito, 2023)

Muito bom, pois o governo local valoriza bastante os profissionais da educação, onde a remuneração e as condições de trabalho são de acordo o plano de carreira. O governo local ainda fornece curso de formação superior gratuito para os professores sem formação na área e busca valorizar a carreira do professor.

(Professora 7, relato escrito, 2023)

As medidas tomadas pelo governo local são insuficientes pois tem recursos para gastar mais e fazer melhor só que não há vontade política isso ocorre não só em Igarorã mas em outros municípios como um todo.

(Professora 8, relato escrito, 2023)

Nota-se que alguns docentes, apesar de apresentar alguns relatos positivos, outros relataram aspectos negativos em relação às medidas tomadas pelo governo local a respeito da formação, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho.

Ainda que alguns professores demonstrem satisfeitos, a maioria relatou que precisa tomar medidas mais eficientes como oferecer tecnologia avançada necessária em sala de aula na atualidade, pois atualmente exigem-se dessas tecnologias (principalmente no período pós-pandemia) para que os professores trabalhem com os seus alunos. Também foi relatado por eles, a falta de infraestrutura, o qual compromete o ensino de uma forma geral e o ofício do professor.

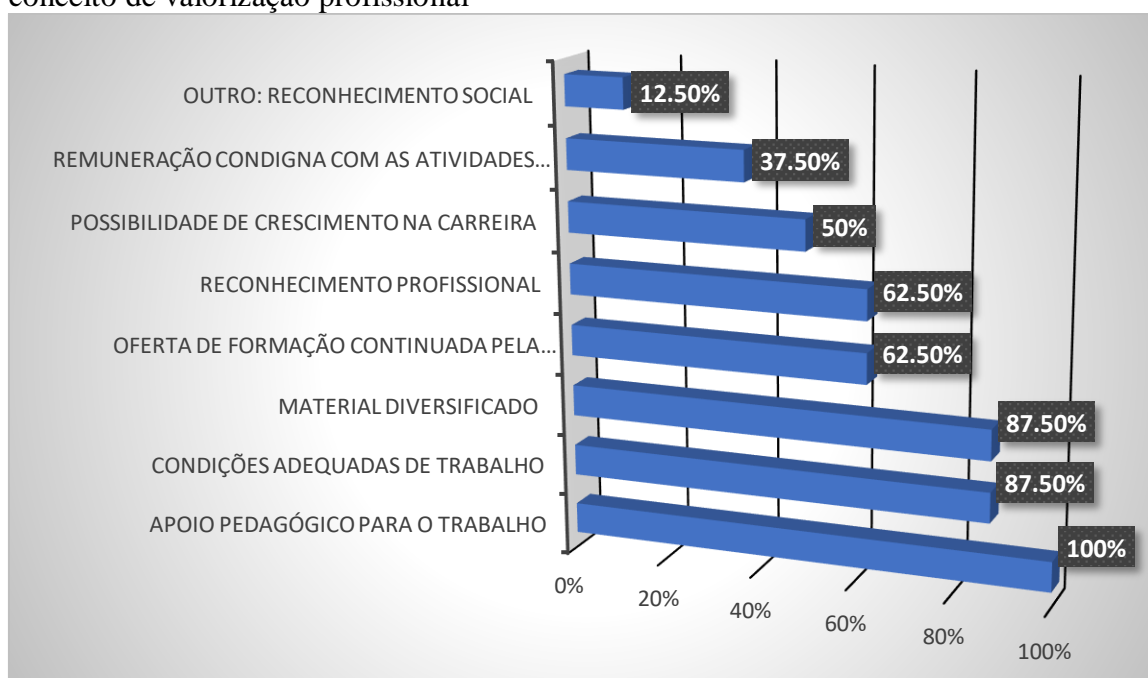
Esses professores afirmam que há muita cobrança em relação a seu trabalho sempre exigindo novos conhecimentos, pois à medida que o tempo vai passando vão surgindo novidades, como por exemplo: as novas tecnologias. Entretanto, os professores não estão totalmente capacitados para lidar com essas tecnologias. Além disso, queixam da falta de

suporte como TV, som, data show e internet nas escolas. Sendo assim, essa realidade da escola pública é abordada pelos professores exigindo que o governo local tome medidas melhores na infraestrutura das escolas, na formação e nas condições de trabalho desses profissionais.

A respeito dos aspectos mencionados pelos professores que atestam essa precariedade do profissional da educação, Silva (2020) aponta que o precariado professoral vem constituindo uma fração ampla e crescente do professorado brasileiro nas últimas décadas, que experimenta a totalidade da flexibilidade salarial, integra diferentes formas de subcontratação e trabalho atípico, além de viver em situação de total insegurança social e econômica. Possui uma alta taxa de rotatividade nas redes públicas, condições degradantes de trabalho, baixos salários e ausência de direitos. São professores que não têm identidades ocupacionais, que entram e saem de empregos muito rapidamente (são ininterruptamente atraídos e expelidos das redes públicas), e estão constantemente preocupados com seus rendimentos que podem não existir mais a qualquer momento. Em resumo: estão sob uma relação frágil, tênue e desprotegida com os vínculos empregatícios, apresentam dificuldades de organização sindical e vivem uma constante instabilidade pessoal e profissional.

Gatti *et al* (2009) complementa que no âmbito das políticas, destacam-se as críticas de desprofissionalização, precarização e aligeiramento da formação, bem como a frágil articulação entre a formação inicial, a formação continuada, a inserção profissional e as condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação.

Gráfico 20: Distribuição de professores da rede municipal de Igaporã a partir do conceito de valorização profissional



Fonte: Elaboração do autor (2023)

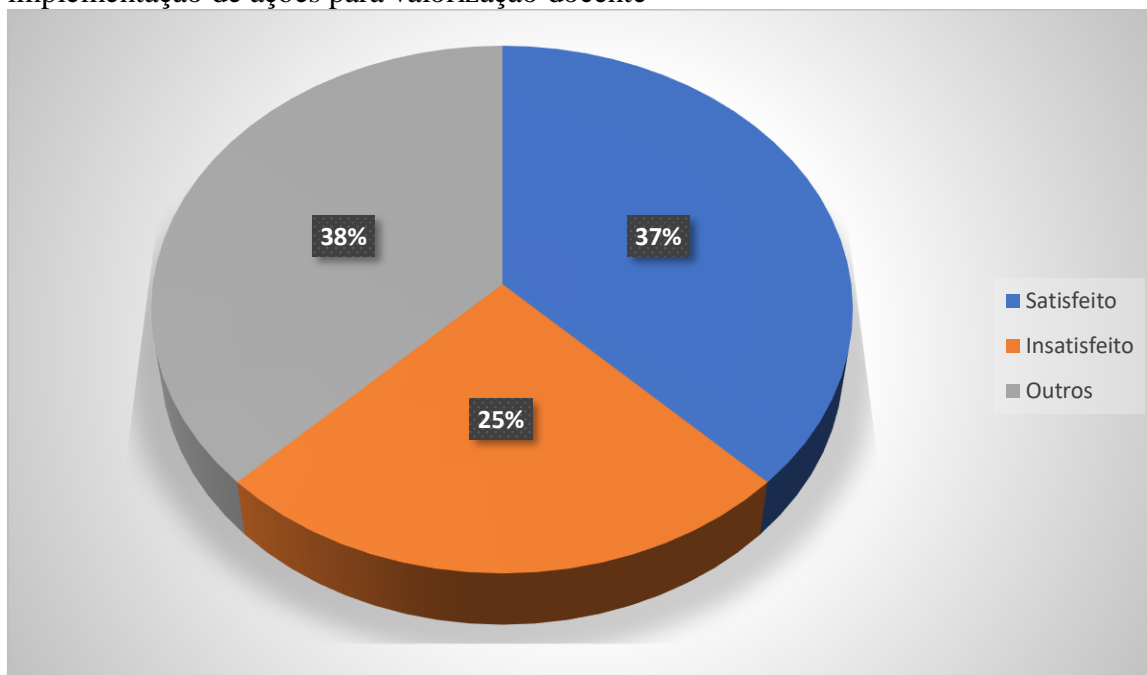
O conceito de valorização docente compreendido na perspectiva da rede municipal de Igarorã é apresentado no gráfico 20 e é importante notar que todos os fatores da questão tiveram percentual significativo de respostas dos participantes da pesquisa.

Dos fatores citados na questão, a opção denominada de apoio pedagógico para o trabalho foi a que mais se destacou com percentual de 100% de respostas. As opções condições adequadas de trabalho e material diversificado para complementar as aulas tiveram 87,5% de professores respondentes. A grande maioria das demais opções presentes analisadas no gráfico 20 aparecem com mais de 37,5%.

Percebe-se que todos os fatores apresentados aos docentes no questionário, no que se refere à compreensão de valorização profissional, são consideradas importantes para os professores investigados.

Sobre isso, Gatti et al (2011) afirma que a importância dos professores para a oferta de uma educação de qualidade para todos é amplamente reconhecida. A formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil. No entanto, as condições de trabalho, a carreira e os salários que recebem nas escolas de educação básica não são atraentes nem recompensadores, e a sua formação está longe de atender às suas necessidades de atuação. Considerando o papel dos professores na qualidade da educação, é preciso não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas também oferecer-lhes condições de trabalho adequadas e valorizá-los, para atrair e manter, em sala de aula, esses profissionais.

Gráfico 21: Nível de satisfação dos docentes da rede municipal de Igaporã quanto à implementação de ações para valorização docente



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Em relação à satisfação dos professores quanto à implementação de ações para valorização docente em Igaporã, 37% afirmaram que estão satisfeitos, 25% afirmaram que estão insatisfeitos e 38% responderam outras opções.

Os docentes que responderam outras opções relataram: Há sempre algo a melhorar; parcialmente satisfeita; falta elogio, participação, envolvimento nas atividades escolares, atendimento. Diante disso, é perceptível que esses docentes não estão totalmente satisfeitos sempre exigindo algo a mais do gestor local para elaborar ações de valorização docente mais eficazes.

Ao juntar as opções insatisfeito com outras opções de professores que não estão totalmente satisfeitos, com ações para valorização da carreira docente implementadas na rede municipal de Igaporã, obtém-se um percentual de 63%. Dessa forma, a resposta dos professores evidencia a falta de implementação das políticas públicas de valorização da carreira do professor do magistério. Essa questão é retratada por Souza (2015) que diz o seguinte:

O processo de precarização da profissão docente é uma realidade visível aos olhos da sociedade, que, sem muito esforço, observa o movimento contínuo e prejuízos no que diz respeito à diminuição do prestígio, poder de compra e de qualidade de vida, aliados à perda do respeito e da satisfação dos profissionais da educação na prática do magistério. Esse processo percorreu um longo percurso. (SOUZA, 2015, p. 25).

Essa insatisfação pode gerar desmotivação nos professores em relação ao seu ofício devido à falta de investimentos no professorado. Isso também desencadeia a baixa atratividade da profissão, ocasionando a escassez de futuros profissionais interessados na carreira.

Ao serem questionados se a valorização docente ajuda na melhoria da qualidade da educação, os professores relataram:

*Ajuda porque o professor se qualifica para tal função
(Professor 1, relato escrito, 2023)*

*Claro que sim, a valorização do professor é peça fundamental para garantir uma educação de qualidade. O trabalho do professor tem impactos relevantes na vida dos discentes, tanto dentro quanto fora do âmbito escolar, quando o docente é valorizado ele trabalha com mais prazer e com certeza os resultados são melhores e satisfatórios.
(Professora 2, relato escrito, 2023)*

*Sem dúvidas a valorização docente tem reflexo direto com a qualidade do ensino e conseqüentemente da aprendizagem de nossos alunos, o professor bem remunerado e com condições de trabalho adequadas tem muito mais estímulo para investir em metodologias inovadoras.
(Professora 3, relato escrito, 2023)*

*Sim. A valorização melhora e muito, nos impulsiona a sempre seguir com garra e determinação, buscando os objetivos que é ensinar, tornar os nossos alunos cidadãos de bens, atuantes na sociedade. Quando a gente trabalha satisfeito, tudo flui. Tudo é reflexo do que você faz e temos que praticarmos e demonstrarmos coisas boas para que os nossos alunos tenham em nós inspiração.
(Professora 4, relato escrito, 2023)*

*Sim, nos motiva mais a enfrentar as dificuldades do cotidiano.
(Professora 5, relato escrito, 2023)*

*Sim. Profissionais qualificados e bem valorizados ajudam na melhoria da qualidade da educação. Não só valorização financeira, mas o reconhecimento que nenhuma outra profissão nasce sem passar primeiro pelo professor.
(Professor 6, relato escrito, 2023)*

Sim. Pois a valorização do docente é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade e não se faz educação sem educadores e a valorização dos professores. Dessa maneira, é preciso que a escola busque o melhor caminho para o ensino, com meios de estimular os alunos para o conhecimento, porque os resultados demonstram que o professor possui papel preponderante na garantia da qualidade na

educação, por ser ele o motor que faz com que o processo de ensino e aprendizagem prossiga, orientando os alunos para um destino.
(Professora 7, relato escrito, 2023)

Com certeza! Professor valorizado corresponde a uma educação de qualidade. O profissional valorizado investe mais em sua qualificação, conhecimento buscando outras formas de se aperfeiçoar e melhorar mais.
(Professora 8, relato escrito, 2023)

Percebe-se que os professores apontam como melhorias para a qualidade da educação municipal a qualificação profissional docente, melhor desempenho no trabalho. Eles também relatam sobre a importância do professor para levar o conhecimento às pessoas e que todos os profissionais das demais áreas necessitam do intermédio do professor para alcançarem a formação nas suas profissões. Silva (2012) afirma que a formação e condições de trabalho são os recursos necessários para que o trabalho docente possa ser realizado com qualidade, bem como a garantia de infraestrutura nas escolas, os recursos didáticos, as relações entre aluno e professor, e entre os trabalhadores na escola.

Para finalizar, foi questionado aos docentes sobre a contribuição do PME para a valorização docente no município de Igarorã. Na perspectiva dos professores,

Força o poder público agir nesse interesse da coletividade.
(Professor 1, relato escrito, 2023)

A garantia do piso salarial nacional, assegurando todos da educação seu direitos garantidos.
(Professora 2, relato escrito, 2023)

A Meta 18: Assegura a existência de plano de carreira para os Profissionais da Educação de todas as unidades de ensino da Educação Básica Pública Municipal, tendo como referência o piso salarial nacional federal, do art. 206 da Constituição Federal, até o final de vigência deste PME. Estratégias: 18.1) Assegurar o cumprimento do Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Educação, garantindo assim, seus direitos estabelecidos em leis;
(Professora 3, relato escrito, 2023)

Uma das contribuições é o plano de carreira que nos dar suporte para os nossos direitos.
(Professora 4, relato escrito, 2023)

Aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Cumprimento do piso nacional do magistério.
(Professor 6, relato escrito, 2023)

É de suma importância, pois, a contribuição do PME tem a responsabilidade de traduzir e conciliar os desejos, as necessidades e as capacidades educacionais do município para a oferta da educação básica em todas as suas etapas e modalidades.

(Professora 7, relato escrito, 2023)

O PME em Igaporã tem a contribuição em força de lei e quando tem força de lei pode denunciar e se houver denúncia as autoridades são obrigados a tomar providências. Por exemplo nós temos o Piso Nacional respeitado no nosso município graças ao PME. Mas tem que ter quem fiscalize e cobre aí é onde entra o sindicato.

(Professora 8, relato escrito, 2023)

Diante dos relatos, é perceptível como o Plano Municipal de Educação de Igaporã contribui para a valorização docente, como por exemplo, a garantia do Plano de Carreira dos professores como forma de preservar seus direitos. Ainda que todas as metas não sejam cumpridas, o PME tem contribuído em grande parte para a valorização docente e demonstra sua importância para a educação do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a medicina, a educação é uma arte. E arte é algo de muito mais complexo e de muito mais completo que uma ciência.
(Anísio Teixeira, 1957)

A profissão docente ultrapassa todas as demais profissões pelo seu caráter único: professores são responsáveis por formar todas as profissões e estas têm sua importância na sociedade, mas primeiramente é o professor que através da prática do ensino-aprendizagem forma cidadãos que construirão a sua história e a de sua geração, então, o professor tem o papel de transformar a sociedade e a sua realidade.

Professores são educadores que ajudam o ser humano a traçar caminhos rumo ao sucesso, permite que uma geração conquiste seu espaço no mercado de trabalho. Por exemplo, a saúde precisa da educação, pois é preciso formar médicos e enfermeiros e estes precisam de um professor desde o ensino infantil até a universidade que os conduza ao conhecimento da medicina para que apliquem esse conhecimento em sua prática profissional.

No entanto, a educação tão importante para o desenvolvimento intelectual, social e profissional dos cidadãos, ultimamente e ao longo de toda a história, sofre com o descaso governamental através das políticas neoliberais, que buscam fazer cortes nos investimentos da área educacional afetando alunos e professores.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi feita a análise dos documentos da área educacional: a LDB, o PNE e o PME de Igaporã para extrair informações importantes sobre o que a legislação educacional instituída aborda sobre a valorização docente nos aspectos formação, carreira, remuneração e condições de trabalho.

Após a conclusão da pesquisa documental e tendo posse dessas informações imprescindíveis para alcançar os resultados esperados desse trabalho científico, foi necessário realizar a pesquisa de campo, a qual teve como campo empírico o município de Igaporã-BA. Dessa forma, a ferramenta utilizada para obtenção dos dados foi um questionário semiestruturado on-line com questões objetivas e subjetivas aplicado a professores de diferentes escolas do município. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa de campo foi confrontar o que está instituído nas leis educacionais com o que é praticado em território igaporaense sobre valorização docente de acordo à opinião dos docentes no contexto da profissão.

Em seguida foi feita a análise das respostas dos professores para averiguar a realidade dos professores no referido município. Foi constatado que todos os professores investigados

possuem formação em licenciatura, com isso a meta 15 do PNE e PME de Igaporã é cumprida no município.

Em relação à formação docente em cursos de pós-graduação, foi apurado também que todos os docentes investigados possuem pelo menos um curso desse nível superior. Dessa forma, a meta 16 do PNE e PME de Igaporã novamente é cumprida.

No que diz respeito à remuneração dos professores, foi demonstrado através das respostas dos docentes os anseios do professorado em ter uma remuneração igual a de outras profissões como advogado, engenheiro, médico etc. Nesse sentido, percebe-se que a remuneração docente ainda não foi equiparada a de outras profissões com mesmo nível superior como determina a meta 17 do PNE e PME de Igaporã, portanto essa meta ainda não foi cumprida. Tendo conhecimento desse fato, é importante dizer que a remuneração é um dos fatores para que haja valorização docente e interesse dos jovens pela área da licenciatura. Isso demonstra que o governo federal e o municipal precisa desenvolver ações mais concretas para promover um salário mais justo aos docentes como forma de valorizar a questão salarial.

Sobre o Plano de Carreira dos professores de Igaporã, foi apontado pelos relatos dos docentes que esse plano existe no município e assegura os direitos dos professores, principalmente em relação à remuneração que tem como referência o piso salarial nacional profissional. Assim, a meta 18 do PNE e PME de Igaporã é cumprida nesse caso.

No que se refere às condições de trabalho como determina a LDB, a maioria dos docentes destacaram que já estiveram doentes devido à profissão, alguns destacaram se sentir cansados e desmotivados mesmo com a pequena carga horária de trabalho. A maioria também relatou falta de infraestrutura nas escolas, como tecnologia avançada no auxílio das aulas, falta de suporte como TV, som, data show e internet, além disso reclamam que os docentes estão sujeitos às altas exigências por seu trabalho sem muitas vezes ter o provimento dos recursos já citados.

Portanto, conclui-se que no município de Igaporã é assegurado o Plano de Carreira como forma de garantir os direitos dos professores, as formações dos professores em cursos de graduação e pós-graduação, no entanto a remuneração almejada pela classe docente ainda não foi alcançada e às condições de trabalho dos docentes estão sujeitas a algumas precariedades, bem como a sobrecarga de trabalho.

Os professores, tão importantes para o desenvolvimento social, são submetidos à precarização no seu trabalho. Eles que com seu conhecimento crítico conduzem os alunos para

o mundo da cidadania, pois além de ensiná-los a ler e escrever, permitem que sejam também pesquisadores ao usarem suas dúvidas para buscarem respostas para os seus questionamentos.

Os docentes também realizam suas pesquisas em prol do bem comum social, pois muitos professores buscam realmente a área da educação em suas pesquisas de doutorado e mestrado com o objetivo de por meio das suas reivindicações e dados analisados expor sua defesa pelos direitos de alunos e professores que fazem parte da educação, ou seja, através de seus trabalhos acadêmicos lutam por uma educação melhor. Esperançamos, portanto, que o trabalho docente seja reconhecido pela sociedade e pelos governantes tendo visibilidade e ganhando relevância. Que os professores possam usufruir de melhores condições pelo seu ofício com uma remuneração digna, que haja mais vagas através de concurso público e que os professores temporários tenham os mesmos direitos trabalhistas mesmo não possuindo estabilidade.

Esperamos também que haja mais oportunidade de os professores se qualificarem e ter espaço no mercado de trabalho, que haja uma atenção psicossocial para alunos e professores nas escolas e que diminua a sobrecarga de trabalho para os professores nem que seja preciso aumentar o número de professores nas instituições abrindo espaço para que docentes desempregados tenham o direito de ter um trabalho digno e valorizado.

Que possamos sonhar com um futuro melhor para o país a partir da educação. Para formar médicos é preciso da educação, assim como todas as profissões, então, a educação é a base de tudo. Os professores e as professoras que formam todas as profissões merecem ser valorizados/as por seu ofício.

De modo geral, é pertinente dizer que os governantes precisam, urgentemente, se preocuparem com o desenvolvimento da nação através da educação, por meio de fortes investimentos na área educacional, valorizando alunos e professores.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcos. **Plano Municipal de Educação e valorização docente: Um estudo sobre o município pernambucano de Bom Jardim**. Recife. 2021. 201 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco.
- ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 6.ed. Campinas: Papyrus, 2000. 93 p.
- APPLE, M. W., & TEITELBAUN, K. (1991). *está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? teoria & educação*, 4(62-73).
- BALL, Stephen. **Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. Currículo Sem Fronteiras, pp.10-32, Jul/Dez 2006.
- BESSA, Bráulio. **Poesia com rapadura**. Fortaleza: Cene, 2017.
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRAIDO, Luiza. **Análise dos movimentos de sentidos sobre valorização/ desvalorização do trabalho dos (as) professores (as): Quais pontes se têm atravessado?** Santa Maria. 2021. 169 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 Jun 2017.
- BRASIL
- BRASIL. Lei 9394/96. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 Jun 2017
- BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BRITO, Vera. **Políticas públicas para valorização docente: Planos de carreira e remuneração das redes municipais do Território do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA)**. Vitória da Conquista. 2019. 198 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós -Graduação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- CONTRERAS, J. (1997). **la autonomia del professorado**. madrid: morata.
- Cora Coralina, in: **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**, 9. Ed., São Paulo: Global, 2007.)
- CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio De Janeiro: Sextante, 2003.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Profissionalização: da palavra à política. In: MORAES, M. C.; PACHECO, J. A.; EVANGELISTA, O. (Org.). **Formação de Professores: perspectivas educacionais e curriculares**. Porto: Porto Editora, 2003. P. 27-46.

FARIAS, Adriana de Jesus Diniz. Políticas Públicas Educacionais e valorização docente. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 5, n. 10, p. 337-355, jul.-dez., 2013. Disponível em: file:///C:/Users/sam_m/Downloads/312-1003-1-PB.pdf. Acesso: 21 abr. 2019.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das Políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de Educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publicas_PNE.pdf. Acesso em: 10 Mai 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. **Trabalho docente e saúde: efeito do modelo neoliberal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013, 254 p.

GATTI, B. A., & BARRETO, E. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A., TARTUCE, G. L., NUNES, M. M. R., & ALMEIDA, P. C. A. de. (2010). **Atratividade da Carreira docente no Brasil**. São Paulo: Fundação Victor Civita: Fundação Carlos Chagas.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **ERA – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível Em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

GROCHOSKA, Marcia. GOUVEIA, Andréa. Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 46. 2020. P. 1-23.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/igapora/panorama>

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. Ed. Porto: Porto, 2000. P.31-61

IBGE. «Igaporã Bahia – BA Histórico» (PDF). Consultado em 29 de dezembro de 2012. «Igaporã». IBGE. Consultado em 19 de janeiro de 2017

Instituto brasileiro de geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

JACOMINI, Márcia. PENNA, Marieta. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**. Guarulhos. V.27. n.2 (80). maio/agosto. 2016. P. 177-202

JUNIOR, Natan. **A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré – Bahia**. São Francisco do Conde. 2018. 43 p. Monografia (especialização) -Instituto de Educação a Distância. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira.

LANÇA, V. **Carreiras do magistério público: uma análise comparativa entre as redes de educação da região sul**. In: CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia Aparecida. (Org.). Valorização docente na educação básica: análise de planos de carreira. 1ed. Curitiba: Appris, 2018.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. Ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – **Lei nº 9.394/1996** – Lei nº 4.024/1961

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAUÉS, Olgaíses; SEGENREICH, Stella; OTRANTO, Célia. As políticas de formação de professores: a expansão comprometida. **Revista Educação em Questão**. Natal, vol. 51, nº 37, p. 42-72, jan./abr. 2015.

MIGUEL, P. A. C.; HO, L. L. Levantamento tipo survey. In: MIGUEL, P. A. C. et al.(org). Metodologia da pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 73-127, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

Ministério da Educação e Cultura (MEC). (2009, setembro). Quem quer ser professor no Brasil? O que o ENEM nos diz? **Na Medida, Boletim de Estudos Educacionais**, 1 (3) 5-9.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo da história regional e local). Salvador: EDUFA, 2008

OLIVEIRA, D. A. (2004, setembro/dezembro). A reestruturação do trabalho docente: Precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, 25 (89), 1127-1144. Retirado em 03 de fevereiro de 2014, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101733020040004&lng=pt&nrm=isso>.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, D. A. (2008). Las reformas educativas y sus repercusiones em eltrabajo docente. In Oliveira, D. A. (Org.), **Políticas educativas y trabajo docente em América Latina** (pp. 17-52). Lima/ Peru: Fondo Editoria UCH.

PAZ, Fernanda. **O planejamento de políticas de valorização docente no contexto de elaboração do Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista-BA. Vitória da Conquista.** 2020. 137 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós -Graduação (PPGED). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. : il.

SANTOS, Westerley. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. **SapereAude**-Belo Horizonte, v.6- n.11, p. 349-358- 2º sem. 2015.

SELLA, C. A. **Retratos de um profissional em crise:** os docentes em Tempos de mudança. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

SILVA, Amanda. O precariado professoral em tempos de pandemia da Covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos. In: MAGALHÃES, Jonas. **Trabalho docente sob fogo cruzado.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP,2021. P.88

SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Vol.19. Nº 35, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/simposio8.htm > Acesso em: 31 out. 2017.

SOUZA. Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 16 Jun 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Ciência e arte de educar.** Educação e Ciências Sociais. V.2, n.5, ago. 1957. P.5-22.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

Prezado(a) professor(a),

Este questionário é parte integrante da pesquisa intitulada (Des)valorização do profissional da educação: o olhar das políticas públicas e de professores da rede municipal de Igaporã, Bahia, a qual tem como problema de pesquisa: de que forma as políticas públicas educacionais abordam a valorização dos professores e como os docentes do município de Igaporã avaliam esse discurso no contexto da profissão?

A pesquisa está vinculada à Graduação de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus VI (Caetité), pertencente ao graduando Cláudio Dourado Flores, sob orientação do professor Ginaldo Cardoso de Araújo.

Nesse sentido, solicitamos sua especial colaboração a responder as questões a seguir.

1- Nome:

2- Qual é o seu sexo?

Masculino

Feminino

3- Qual a sua faixa etária?

Até 24 anos

De 25 a 29 anos

De 30 a 39 anos

De 40 a 49 anos

De 50 a 59 anos

60 anos ou mais

4- Qual sua formação inicial? Referente à graduação. (citar o nome do curso)

5- De que forma você realizou sua graduação? (Marcar apenas uma alternativa)

Presencial

- Semi-presencial
- À distância
- Outro: _____

6- Você possui alguma pós-graduação? Indique a mais alta titulação que você possui.

(Marcar apenas uma alternativa)

- Atualização (mínimo de 180 horas)
- Especialização (mínimo de 360 horas)
- Mestrado profissional
- Mestrado acadêmico
- Doutorado
- Não possui pós-graduação
- Outro: _____

7- Há quanto tempo você trabalha como professor (a)? (Marcar apenas uma alternativa)

- Até 3 anos
- De 4 a 6 anos
- De 7 a 25 anos
- De 25 a 35 anos
- De 35 a 40 anos

8- Qual seu vínculo trabalhista neste município? (Marcar apenas uma alternativa)

- Prestador de serviço por contrato temporário
- Prestador de serviço sem contrato
- Funcionário público concursado
- CLT
- Horista (receber por horas/aulas ministradas)
- outro: _____

9- Qual sua carga horária total de trabalho formal? (Marcar apenas uma alternativa)

- 20 horas semanais
- 30 horas semanais

- 40 horas semanais
- 60 horas semanais
- Outro: _____

10- No ano letivo de 2023, qual função você está exercendo neste município? (Marcar apenas uma alternativa)

- Professor da Educação Infantil
- Professor das séries iniciais do Ensino Fundamental
- Professor das séries finais do Ensino Fundamental
- Coordenador Pedagógico
- Outro: _____

11- Quantas disciplinas leciona? (Marcar apenas uma alternativa)

- Apenas 1 disciplina
- 2 disciplinas
- 3 disciplinas
- 4 disciplinas
- 5 disciplinas
- 6 disciplinas
- 7 disciplinas
- 8 ou mais disciplinas

12- Em quantas turmas você leciona? (Marcar apenas uma alternativa)

- Apenas 1 turma
- 2 turmas
- 3 turmas
- 4 turmas
- 5 turmas
- 6 turmas
- 7 turmas
- 8 ou mais turmas

13- Em quantas escolas você trabalha? (Marcar apenas uma alternativa)

- Apenas 1
- Em 2 escolas
- Em 3 escolas
- Em 4 ou mais escolas

14- Qual o seu tempo para planejamento das atividades docentes? (Marcar apenas uma alternativa)

- Apenas na escola – nos intervalos
- Apenas na escola – em momentos específicos para planejamento
- Apenas em casa
- Parte em casa e outra parte na escola
- Outro: _____

15- Em relação à sua saúde, assinale todos os problemas que você tiver: (Marque todas que se aplicam).

- Cansaço
 - Dor na coluna
 - Esquecimento
 - Dor/inchaço nas pernas
 - Nervosismo
 - Dor na garganta
 - Insônia
 - Rouquidão ou perda/diminuição da voz
 - Azia/queimação
 - Problemas de audição
 - Problemas de visão
 - Dor nos braços/ombros
 - Outro: _____
-

16- Você considera que nos últimos tempos vem ocorrendo uma valorização dos profissionais da educação? Justifique.

17- Como você avalia o plano de cargo, carreira e remuneração do seu município? De que forma ele tem contribuído para a valorização do profissional docente?

18- Sua profissão lhe propicia condições para que tenha qualidade de vida?

- Sim
- Não
- Parcialmente

19- Sua profissão tem afetado sua saúde?

- Não
- Sim
- Algumas vezes

20- Como se sentem com a sua jornada de trabalho?

- Feliz
- Realizada (o)
- Cansada (o)
- Esgotada (o)
- Sem tempo para nada
- Irritada (o)
- Tranquilo (a)
- Infeliz
- Desmotivada (a)

21- O que precisa melhorar agora para ter qualidade de vida na aposentadoria?

- Nada
- Remuneração
- Cuidar da saúde
- Jornada menor
- Mudar profissão
- Tempo em família
- Trabalhar mais para guardar dinheiro

22- Assinale a seguir o que você compreende por valorização profissional (pode marcar mais de uma opção)

- Apoio pedagógico para o trabalho
- Condições adequadas de trabalho
- Material diversificado para complementar as aulas
- Oferta de formação continuada pela instituição ao qual está vinculado
- Possibilidade de crescimento na carreira
- Possibilidade de afastamento para capacitação sem prejuízo na remuneração
- Reconhecimento profissional
- Remuneração condigna com as atividades desenvolvidas
- Outro:-----

23- Uma remuneração ideal para você seria: (pode marcar mais de uma opção)

- Aquela que me permitisse trabalhar uma jornada menor
- Aquela que me permitisse adquirir bens de consumo que quero
- Aquela que me propiciasse ter acesso a lazer e cultura
- Igual a de outras profissões com nível superior (advogado, engenheiro, médico, etc.)
- A remuneração que tenho é a ideal
- Outro:-----

24- Em relação às ações para valorização docente implementadas no seu município, você se considera:

- Satisfeito
- Insatisfeito
- Muito satisfeito
- Muito insatisfeito
- Outro:-----

25- Você já ouviu falar do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)? Se a resposta for sim, sobre que aspectos do PNE você ouviu falar?

- 26- Em sua opinião, você considera que o PME (Plano Municipal de Educação) tem alguma importância para a educação municipal? Se sim, de que modo? Em caso de resposta negativa, por quê?
- 27- Como você avalia as medidas tomadas pelo governo local sobre a formação, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho?
- 28- Em sua opinião, a valorização docente ajuda na melhoria da qualidade da educação municipal? De que maneira? Por quê?
- 29- Qual a contribuição do PME para a valorização docente no município de Igarorã?

Aqui termina o questionário.

Muito obrigado por sua cooperação